



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
Faculdade de Direito e Relações Internacionais
Curso de Relações Internacionais FADIR

SHEILIANE MARTINS DE MORAIS

MULHERES QUILOMBOLAS
CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS E
IDENTIDADES

DOURADOS-MS
NOVEMBRO, 2018

SHEILIANE MARTINS DE MORAIS

**MULHERES QUILOMBOLAS
CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS E
IDENTIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Banca Examinadora da
Universidade Federal da Grande Dourados como
pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel
em Relações internacionais.

Orientadora: Profa. Ma. Tchella Fernandes
Maso.

**DOURADOS-MS
NOVEMBRO, 2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

M828m Morais, Sheiliane Martins De

MULHERES QUILOMBOLAS:: CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS
E IDENTIDADES [recurso eletrônico] / Sheiliane Martins De Morais. -- 2018.

Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Tchella Fernandes Maso.

Coorientador: Mario Teixeira de Sá Junior.

TCC (Graduação em Relações Internacionais)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2018.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Mulheres. 2. Raça. 3. Território. 4. identidade. 5. quilombo. I. Maso, Tchella Fernandes. II. Sá Junior, Mario Teixeira De . III. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 13 de Novembro de 2018, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, a aluna **Sheiliane Martins de Moraes** tendo como título “**Mulheres Quilombolas: construção e reconstrução de territórios e identidades**”.

Constituíram a Banca Examinadora os professores Ma. Tchella Fernandes Maso (orientadora), Dr. Matheus de Carvalho Hernandez (examinador) e Dr. Mario Teixeira de Sá Junior (examinador).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado Aprovado.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: _____

Assinaturas:

Ma. Tchella Fernandes Maso
Orientadora

Dr. Matheus de Carvalho Hernandez
Examinador

Dr. Mario Teixeira de Sá Junior
Examinador

RESUMO

As mulheres quilombolas representam hoje importantes figuras para se entender o processo de constituição social do país, principalmente considerando a condição que as mulheres ainda se encontram na sociedade e na luta pela igualdade. Além disso a relação destas com o território é um importante exemplo para entender as dinâmicas econômicas do país como um todo. Assim, pretende-se aqui discutir o que representa a identidade territorial para estas mulheres e como se relacionam com a sociedade. Reunindo diferentes abordagens para se criar um cenário inicial para entender as dinâmicas em torno dos territórios quilombolas, utilizando em grande medida a representação, visão e as relações que as mulheres quilombolas possuem sobre seus territórios. Para isso se utilizará de dados e da própria bibliografia existente que trata sobre gênero, quilombos e do próprio contexto colonizador que criou as dinâmicas sociais vistas ainda hoje. Com a reunião destes diferentes pontos, será feita uma breve análise sobre o território quilombola da Picadinha na cidade de Dourados, considerando sua constituição, e permanência na região. Assim como as dinâmicas atuais do quilombo e principalmente das mulheres que o compõe em torno da sociedade da região. E como essas dinâmicas acabam por afetar o grupo e sua identidade territorial como quilombola.

Palavras-chave: Mulheres; Raça; Território; identidade; quilombo.

ABSTRACT

The quilombola women today represent important figures to understand the process of social constitution of the country, especially considering the condition that women are still in society and in the struggle for equality. In addition to relationship with the territory is an important example to understand the economic dynamics of the country as a whole. Thus, it is intended here to discuss what represents the territorial identity for these women and how they relate to the society. Bringing together different approaches to create an initial scenario to understand the dynamics around the Quilombola territories, using in large measure the representation, vision and the relationships that the quilombola women have on their territories. This data will be used and the existing literature that deals on gender, quilombolas and own context colonizer that created the social dynamics seen even today. With the meeting of these different points, there will be a brief analysis on the quilombo of Picadinha territory in the city of Dourados, considering its constitution, and permanence in the region. As well as the current dynamics of the quilombo and especially of women who composes around of society in the region. And as these dynamics ultimately affect the group and its territorial identity as quilombola community.

Keywords: Women; race; territory; identity; quilombo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
1. MULHERES QUILOMBOLAS E FEMINISMOS.....	09
1.1 O Ser Mulher Negra No Brasil	09
1.2 Feminismo Comunitário	15
1.3 Feminismo Quilombola	20
2 SITUAÇÃO QUILOMBOLA NO BRASIL	25
2.1 Quilombos No Brasil.....	30
2.2 Disputas De Terras E Populações Quilombolas	37
3.QUILOMBOS NO MATO GROSSO/ DO SUL	44
3.1 Quilombo Dizidério Felipe Oliveira (Picadinha).....	48
3.2 Um Olhar Sobre As Mulheres Quilombolas Da Picadinha	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	56

INTRODUÇÃO

O estudo sobre a situação quilombola no Brasil ainda é bastante restrito, o que demonstra de uma maneira indireta as dificuldades de serem vistos e ouvidos não apenas socialmente, mas também academicamente. Falar sobre essas comunidades que não são necessariamente advindas de grupos de escravos que fugiram de seus cativeiros, é demonstrar as amarras sociais que ainda existem para determinadas classes, raças e gêneros no Brasil resultado de um longo processo de exploração.

Tratando assim das relações sociais em torno das figuras femininas em países com um histórico de desigualdade, faz necessário repensar o tipo de feminismo em termos teóricos, que melhor se aplica e consegue entender essas as dinâmicas das mulheres periféricas. Isso por que, àquela luta por igualdade de gênero advinda de um modelo europeu, branco e de classe média/ alta não entende desigualdades de raça e econômicas que também afeta essas mulheres.

Neste cenário é a opressão que se de gênero se liga a desigualdade de raça e econômica. Sendo que essas econômicas e raciais desiguais afetam as mulheres de maneira ainda mais perversa, já que estas estão socialmente abaixo de mulheres brancas e de homens negros, tornando assim ainda mais vulneráveis. LUGONES (2008), levanta o debate através do colonialismo de gênero apontando que a saída para essa desigualdade observada entre as mulheres da periferia deve ser vista a partir deste próprio contexto e através das próprias relações entre essas mulheres.

No Brasil a pesar de não haver uma corrente teórica que se estrutura em torno da mulher quilombola, há estudos pontuais que buscam de alguma maneira entender e levar soluções para as mulheres destas comunidades. Aqui será usado o feminismo comunal e negro como ferramenta para se criar um diálogo em torno do contexto de opressão que mulheres negras e inseridas no quilombo vivenciam atualmente, e que é reflexo de seu contexto exploratório desde a colonização portuguesa.

Assim, inicialmente propõem-se aqui falar sobre esses feminismos e com se relacionam como alternativas para reduzir as desigualdades. No segundo capítulo, será discutido as maneiras como se vê o território, a partir de uma ótica capitalista, que se choca com formas alternativas ao acúmulo de capital. Além disso, reflete-se sobre como o território também é um instrumento de produção e manutenção das desigualdades, além de reflexo destas.

A partir destas relações também se fará um diálogo em torno do território quilombola no Brasil, segundo dados da Conaq no Brasil há cerca de 6.000 comunidades quilombolas, sendo que 3.212 são reconhecidas pelo Estado. No total apenas 33 comunidades receberam a titulação o corresponde a apenas 2% do total de comunidades.

No terceiro capítulo, busca-se tratar destes quilombos a partir do estado do Mato Grosso do Sul, considerando a constituição dos quilombos na região sul do Mato Grosso, no Brasil colônia. Ao final será tratado da constituição do quilombo Dizidério Felipe de Oliveira, considerando agora a partir de um contexto de liberdade, mas que sofreu com ataques ao território motivados por questões econômicas no território. De maneira geral, pretende-se aqui retratar a maneira como o território se dá no entorno das figuras femininas quilombolas.

De maneira geral, como será observado no decorrer do trabalho observa-se que a constituição do país gera desigualdades até os dias atuais, mas que ao mesmo tempo tem gerado nas últimas décadas formas de organização e respostas as desigualdades enfrentadas. E são a partir destas novas organizações que sujeitos tem construído e reconstruído suas identidades, assim como suas respostas frente as desigualdades e exclusões.

1. MULHERES QUILOMBOLAS E FEMINISMOS

As lutas das mulheres quilombolas no interior de suas comunidades representam de maneira geral, uma grande contribuição para os movimentos feministas. Mas além disso, representam fortes características de força para manutenção da história dos quilombos por todo o país. Além de, formarem uma sólida ligação com sua história para manter a (re)existência do ser quilombola e mulher negra no país.

Mesmo não sendo as principais figuras em termos de liderança em suas comunidades, estas mulheres desempenham importantes papéis em associações. Atualmente vê-se uma proeminência do papel feminino em comunidade, o que tem gerado novas reflexões entorno das relações entre as pessoas da comunidade. Além disso, oferece novas visões de mundo para discussões em torno do que é e tem se tornado os quilombos no Brasil nos últimos anos.

Se por um lado a figura feminina de Dandara de Palmares é a principal figura feminina quilombola nacional. Marcada por sua história como guerreira e uma lutadora pela liberdade dos escravos (as) no século XVII, Dandara se opunha até mesmo a acordos entre a coroa e o quilombo, representando assim uma figura de força entre os símbolos atuais de mulheres fortes no país.

Percebe-se que pouca coisa mudou de maneira substancial, as mulheres quilombolas hoje ainda lutam por sua independência frente a figuras masculinas e em grande medida branca. Se por um lado Dandara morreu em 1694 lutando por sua liberdade e de sua comunidade, e enfrentou toda a sociedade colonial pelo seu território. Mulheres hoje no século XXI, ainda morrem e lutam para garantir acesso e direito sobre suas terras.

De maneira geral o contexto histórico em que estas mulheres foram e estão submetidas criou diversos obstáculos em suas vidas, como é o caso do acesso à educação. Mas ao mesmo tempo são essas vivências que as tornam importante líderes e figuras de reflexões sobre o cotidiano das mulheres da comunidade. Estas mulheres possuem um histórico (exploratório e desigual) que desde a colonização deixou marcas profundas em suas vidas.

1.1 O ser mulher negra no brasil

De maneira geral ao se analisar os indicadores sociais do Brasil, observa-se importantes avanços no combate às desigualdades entre gênero e raça no país. Mas apesar

disso, ainda é preocupante como as desigualdades ainda são elevadas, assim como, o quanto ainda é necessário mudar, isso para alcançar o mínimo de igualdade de direitos e acesso entre as pessoas.

Entre as mulheres negras que trabalham, aproximadamente 18% delas realizam trabalhos doméstico. Essa população tem envelhecido nos últimos anos o que caminha juntamente com o aumento da educação. Entre estas mulheres 32,5% até 2015 não possuía carteira assinada. A disparidade de salário é notável, uma trabalhadora doméstica branca ganhava em média 824,4 reais; já uma negra apenas 694,1. De maneira bastante superficial observa-se que as diferenças entre homens brancos e mulheres negras ainda são as mais exacerbadas, contabilizando 2.509 para o primeiro grupo, e 1.027 para o segundo grupo¹.

O feminismo se torna um debate com maior notoriedade no país a partir da década de 1980, estando neste momento bastante associado a abertura política do país. Mas, ao se tratar sobre o feminismo negro é importante se notar que a discussão de raça antecede as discussões feministas. O debate sobre as relações raciais no Brasil, até então era sustentado por homens dentro da academia.

Nesse sentido, é importante observar que o interesse em entender os problemas das “relações raciais” constituiu-se uma preocupação que antecedeu a institucionalização da sociologia brasileira, a partir da criação da Escola Livre de Sociologia e Política, em 1933, e da criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934. Inicialmente, presente no relato dos viajantes e, em seguida, na obra dos ensaístas, a exemplo de Sílvio Romero, Manoel Bonfim, Oliveira Viana e, posteriormente, a partir dos trabalhos Gilberto Freyre (OLIVEIRA, 1995), apud FIGUEIREDO, p.239, 2008.

Um fato a ser observado é a iniciação de discussões de temas etno-raciais no Brasil por não-negros. O que não ocorreu com as discussões de gênero e raça, que foram inicialmente povoadas por estudiosas negras, não que isso tenha sido unanimidade nos estudos do tema como aponta Figueiredo (2008). Observando estes aspectos será

¹ Retrato da desigualdade de gênero e raça, que é resultado da parceria entre Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), ONU Mulheres (Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres) e SPM (Secretaria de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça e Cidadania). Os dados utilizados compreendem ao período de 1995 a 2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526.

discutido aqui algumas características do feminismo negro, para assim tratar sobre as mulheres quilombolas e suas especificidades.

Se ao analisar a história brasileira, e mais especificamente o mito da democracia racial², observa-se que o silêncio ao se falar sobre as diferenças é violento. E neste caso essa violência tem cor, raça e sexo. O processo de colonização do país se torna aqui nesta discussão o ponto inicial, para se discutir a invisibilidade da mulher negra, inicialmente observando a mulher negra e escravizada, representada na figura da mucana.

Essa figura feminina que habita as relações familiares dos senhores é um importante ponto para a discussão, pois é no simbolismo do que é e do que deve ser a mulher negra que faremos a discussão sobre o feminismo negro. De maneira geral, o que se espera neste mito de democracia racial é, a figura do negro representado aqui pela submisso, e que se mantenha a margem da sociedade.

Esta mulher negra na sociedade colonial representada pela mucana se divide em duas figuras na atualidade: a doméstica, que é aquela responsável pelo trabalho das casas dos senhores brancos em sua maioria, e a mulata, a mesma mulher negra que é vista como um símbolo sexual para o homem branco; neste ponto este é o lugar onde se encontra de maneira natural a visão sobre a mulher negra na sociedade, nos dois casos esta mulher é mostrada como um objeto para servir os interesses daqueles que socialmente são representados como superiores.

Ao se analisar o papel social que estas mulheres negras possuem na sociedade, percebe-se qual é seu lugar de pertencimento. Isso porque para trabalhar necessita-se de uma boa aparência, que não é representada pela cor de pele escura, pelo cabelo não-liso, ou o nariz achatado. Mas, o discurso construído socialmente diz, “aquele que muito trabalha alcança o sucesso”. Ou para aqueles negros e negras que “venceram na vida”, que se tornaram tão cultos que nem pareciam negros.

O que se pretende com esses discursos assinalados acima e que estão presentes no cotidiano de diversas pessoas é demonstrar que há um lugar a que o negro pertence, e este lugar ainda é como subalterno.

As condições de existência material da comunidade negra remetem a condicionamentos psicológicos que têm que ser atacados e desmascarados. Os diferentes índices de dominação

² A partir de uma leitura de do antropólogo Kabengele Munanga, fala-se aqui de uma estrutura social racista pautada na negação do próprio racismo, através de um discurso de igualdade entre indivíduos.

das diferentes formas de produção econômica existentes no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do “lugar natural” de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas, etc., até à polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (...) No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende porque o outro lugar natural do negro sejam as prisões. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, tem por objetivo próximo a instauração da submissão. (GONZALEZ; apud GONZALEZ, p.232).

A partir do citado acima observa-se, que o ser negro é constantemente subalternizado, e a variável de raça e gênero gera obstáculos para um tratamento humano minimamente igualitário. O racismo funciona dentro da sociedade como uma ferramenta que retira do colonizado a arbitrariedade sobre seu próprio ser (transformado em mão de obra barata) e suas vontades; no caso das mulheres aliado a isso há uma objetificação de seu corpo.

Neste sentido o que se percebe, é que raízes coloniais presente na América Latina e no caso deste estudo no Brasil, formam uma relação de alteridade entre os sujeitos. Ou seja, indivíduos que não se percebem como iguais, esse sentimento de alteridade “constrói um outro” que não se parece com o “eu”. É importante se notar que a figura do “eu” é criada a partir de estereótipos ocidentais, que em sua maioria não se enquadra ao sujeito latino-americano e toda a sua diversidade.

A figura do homem branco é dita como a universal em beleza, inteligência, e até mesmo religiosamente, já o outro que pode ser lido como a mulher negra e periférica se torna o invisível. Um outro que não possui voz, sendo por muito tempo negado seu direito de fala. O que se percebe nestas perspectivas são olhares que atentamos a diferentes

indivíduos, que a partir do nosso contexto colonizador cria-se uma noção de valor dentro da sociedade sobre tais sujeitos.

Se tratando sobre essa diferenciação que torna o homem branco superior, e que é bastante difundida no Ocidente. Verena Stolcke, é uma das primeiras pensadoras a publicar um texto sobre o tema no Brasil. Em seu trabalho datado de 1991, Stolcke contextualiza o debate em torno do aqui chamado tripé: gênero, classe e raça; a partir deste tripé se formam desigualdades dentro das sociedades burguesas, segundo a autora surgem a partir de uma naturalização das ideologias de desigualdade.

Essa ideia de naturalização inicialmente pode ser explicada por teorias biológicas. Estas tentaram de maneira sistemática reforçar as desigualdades a partir de características fenotípicas [características externas como cor de pele, características do rosto no caso de negros, lábios grandes e nariz achatado, além das características do cabelo, etc.]. Valendo ressaltar aqui, que estas especificidades não representam diferenças na moralidade, intelectualidade ou comportamentos dos sujeitos.

De maneira geral os estudiosos sobre o tema de raça trabalham com uma mesma ideia, de que essa ideia raça surge baseada nas *diferenças*. Para Ianni raça se compreende por aspectos “físicos, fenotípicos, psicológicos ou culturais que distinguiriam o branco do negro” (IANNI, 1978, p. 51 apud SOUZA, 2005, p. 3).

A partir disso raça será usada como meio de dominação de um grupo por outro. Primeiramente observa-se, como resultado das relações de dominação. E que em um segundo momento um determinado grupo no caso o dominante, analisa o outro a partir de suas características fenotípicas. Observa-se a partir disso, que as relações raciais são socialmente construídas.

Historicamente falando de maneira geral, a ideia de raça terá um importante papel nas desigualdades sociais. No Brasil a organização da sociedade e suas desigualdades estão intrinsicamente ligadas as raças que compõem a mesma, e isso pode ser materializado pelos dados do “Retrato da desigualdade de raça e gênero” aqui já expostos.

Stolcke ressalta que, as desigualdades de classes estão naturalizadas por um discurso liberal. Este discurso prega a ideia de que sucesso está atrelado ao esforço e vontade individual, enfraquecendo as “possibilidades de resistência coletiva” (STOLCKE, 1991, p. 115).

Stolcke reflete ainda sobre a maneira como nas sociedades de classe o gênero é tratado de acordo com o sexo, de maneira que tende a valorizar o homem branco. Isso

porque o papel feminino ainda continua a ser resguardado como “reprodutor”, de maneira que essa ideia é utilizada de diferentes maneiras.

Mas a de ressaltar que por outro lado, há a esterilização de mulheres a depender de sua classe e raça, utilizado como forma de garantir privilégios dos grupos dominantes. Observando dessa maneira, como a classe, raça e gênero são categorias para entender os privilégios de um determinado grupo sobre outro.

O que se observa aqui é, que se a mulher de maneira geral é resumida a seu papel reprodutor, em meio a este contexto é a mulher negra e periférica que mais sofre pela falta de acesso. A de se questionar quais vidas realmente importam em um sistema cercado de pré-conceitos, que não deixa a mulher decidir sobre seu próprio corpo.

Um exemplo desse desacordo para com o bem-estar, além da saúde e segurança da mulher encontra-se o art. 226 (lei nº 9.263 de janeiro de 1996), que trata do Planejamento Familiar como um direito a ser assegurado pelo Estado. A partir deste artigo a de se entender alguns pontos importantes, primeiramente o controle do Estado sobre as mulheres e seus corpos. Isso não apenas se tratando sobre legalizar o aborto, que é garantir o direito da mulher de decidir sobre si mesma, mas que também impõe diversas barreiras para que a mulher de maneira voluntaria tome suas decisões.

O artigo alinha a necessidade de ter pelo menos 25 anos de idade, ou dois filhos vivos, além de uma autorização do cônjuge, para realizar um procedimento de esterilização voluntária. Ou seja, com isso a mulher necessita ultrapassar diversas barreiras para conseguir realizar um procedimento que o Estado deveria assegurar. Mas para além disso, o Estado pode realizar um procedimento de maneira arbitrária sem o consentimento da mulher sem sofrer nenhum tipo de punição.

Este é o caso de Janaína Aparecida Quirino³, uma mulher negra, moradora de rua e que foi conduzida a um processo de esterilização forçada, sem garantia nem mesmo de defesa para Janaína. Esse procedimento irregular é um claro exemplo de como o Estado trata a mulher marginalizada, através de arbitrariedade. A mantendo como um objeto que no caso fazia parte da cidade de Mococa (SP), obrigando que Janaina fosse submetida ao procedimento de laqueadura mesmo contra sua vontade.

³ O caso de Janaína foi noticiado em junho de 2018, em um artigo publicado na Folha de S. Paulo, pelo professor Oscar Vilhena Vieira, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/oscarvilhenavieira/2018/06/justica-ainda-que-tardia.shtml?loggedpaywall>

Em oposição a isso o Estado tem demonstrado não ser capaz de assegurar o direito de informação, educação e acesso a saúde necessária, para que como dito na lei 9.263, as mulheres tenham acesso a um tratamento de planejamento familiar igualitário. Mas como visto acima, o direito da mulher de escolher quais atitudes serão tomadas com seu corpo, se torna mais precário quanto mais marginalizada a sua situação.

O que se percebe de maneira geral, é o Estado tendo o papel de controlar os corpos das mulheres. Causando consequências principalmente para mulheres marginalizadas, os resultados desse controle são um tratamento desigual entre mulheres, já que nem todas possuem acesso a métodos contraceptivos, a informação quanto a seus direitos e seus corpos. Resultando em casos de mortes por abortos clandestinos mal sucedidos, além de interferências involuntárias sobre seus corpos como no caso de Janaína.

Toda essa institucionalização que se manifesta sobre o corpo das mulheres, é a representação de como há combinações que produzem específicos ordenamentos. Ordenamentos aqui, não necessariamente materializados em leis e instituições formais, mas também organização simbólicas que promovem a manutenção de determinados parâmetros de sexualidade, e assim, controle de corpos.

Esse controle de corpos está atrelado a relações de controle da vida de indivíduos, e coletivos no interior da sociedade. Que foi empregado como ferramenta colonial para manter as relações sociais hierárquicas. O que se vê a partir disso, é a alteridade (criação de um outro que não é reconhecido como um igual) de modelos que não se enquadram na categoria branco/europeu.

1.2 FEMINISMO COMUNITÁRIO

Assim como o feminismo negro, o feminismo comunitário faz parte dos chamados feminismos contra hegemônicos, esses feminismos são assim chamados pois, as figuras femininas aqui fogem do estereótipo mulher branca, europeia, de classe média e heterossexual. Neste sentido suas visões fogem de uma ideia eurocêntrica, ou norte-americana, pois o próprio conhecimento produzido no ocidente não corresponde à realidade das mulheres periféricas, além de subvalorizar ou até mesmo excluir estas.

O feminismo comunitário tem seu surgimento, a partir de organizações de mulheres indígenas, o que não quer dizer que em outras comunidades não haja a percepção de mulheres sobre suas relações com a comunidade e o mundo. É importante

se dizer aqui, que se reconhecer como feminista comunitária não quer dizer que antes as mulheres destas comunidades não possuíam práticas de lutas pelas mulheres, ou desempenhavam importantes papéis sócias comunitariamente.

O feminismo comunitário é a representação de mulheres com voz, e propondo luta dentro de suas comunidades, e isso é muito importante, pois, abandona um modelo pronto ocidental de organização. Esse modelo não atende as especificações da comunidade, e cria-se um ideário através do diálogo dentro do próprio grupo, capaz de combater as diferenciações entre sujeitos próprias da comunidade.

Desta maneira, o feminismo comunitário surge para combater as reações desiguais dentro do grupo, mas também como um meio de valorização do que representa a comunidade. Como afirma Lorena Cabnal, as relações comunitárias ao abandonar os feminismos eurocêntricos, toma como partida suas próprias filosofias, baseadas nas histórias e contextos de seus próprios grupos e comunidades. E é a partir de próprias reflexões que é possível analisar as próprias relações patriarcais dentro das comunidades originaria.

Isso porque a própria filosofias da maioria das comunidades originarias, são baseadas em dualismos, que de maneira geral tornam o princípio feminino como necessitado de uma representação masculina para que haja um equilíbrio. Além de tonar a voz feminina dentro da comunidade silenciosa; nessa relação do princípio natural com as relações comunitária, a terra é vista como o princípio feminino gerador da vida, e a mulher com o papel de uma maternidade obrigatória.

Para além disso, a própria violência sexual contra estas mulheres surge como meio de se materializar estratégias de dominação. Pois, em tono da sexualidade das mulheres se deposita não apenas uma carga cultural, mas também uma ideia de honra da comunidade, que se debruça sobre o corpo das mulheres. Mas, é importante se enfatizar aqui, o poder e a ênfase que cada grupo étnico dará ao corpo e a sexualidade das mulheres dentro de suas comunidades. Sendo necessário olhar assim, as especificidades locais.

Neste sentido desenvolver práticas que geram autonomia sexual para as mulheres, no sentido de reduzir normas construídas sobre seus corpos, levam não apenas a criação de novas alternativas comunitárias. Mas também recria um cenário alternativo para traumas causados pela violência de corpos de mulheres comunitárias, transformando o

ideal de sujeito feminino. E com isso, reinterpreta-se as relações das mulheres com os costumes de seu local.

Ao considerar a voz destas mulheres como ferramentas efetivas para conhecê-las, não apenas se opõe a métodos positivistas. Mas também se constrói uma investigação autobiográfica, pois são mulheres que vivenciam as opressões que discorrem em seus estudos e práticas de resistência. Estas práticas de resistências filosóficas fundamentadas em suas experiências, não são apenas uma resistência, mas também o entendimento sobre a existência de diversidades que devem ser consideradas no mundo, a partir de uma noção de pluralidade.

Estas observações feitas a partir do feminismo comunal, se tornam necessárias principalmente ao se perceber a ineficiência em se tratar academicamente a partir de parâmetros ocidentais e de maneira necessária, o contexto histórico e social dessas comunidades. Isso porque, ao se reencontrar com seus contextos históricos e comunitários, essas mulheres passam a reconhecer suas práticas feministas que não estão enquadradas em um contexto ocidental.

Cabnal afirma que, a partir das reações coloniais, o próprio patriarcado originário se refuncionaliza, a partir de conotações próprias, que se materializam no racismo, capitalismo, neoliberalismo, etc. Esse patriarcado

“es el sistema de todas las opresiones, todas las explotaciones, todas las violencias, y discriminaciones que vive toda la humanidad (mujeres hombres y personas intersexuales) y la naturaleza, como un sistema históricamente construido sobre el cuerpo sexuado de las mujeres” (CABNAL, p.16, 2010).

Neste cenário, o patriarcado deve ser analisado como o *poder sobre*, ou seja, o ato de ter poder sobre o corpo das mulheres indígenas ao serem colonizadas, assim como da mulher negra, esse *poder* é parte intrinsecamente importante deste patriarcado. Neste contexto, o racismo como já dito anteriormente ao tratar do feminismo negro se torna parte fundamental da opressão que sustenta as relações coloniais, e torna os processos de desigualdade ainda mais enraizados.

Mas, para que se possa converter as opressões sofridas pelas mulheres indígenas é necessário se pensar não apenas nas opressões sofridas através dos processos coloniais, mas também aquelas advindas das próprias relações originárias das comunidades. Assim,

o primeiro passo para a emancipação feminina é o seu próprio corpo, isso porque o *poder sobre* o corpo feminino é o principal meio de sustentação do patriarcado.

O processo do auto reconhecimento como corpo feminino, está ligado a luta pelo território, pois é no território terra que se manifesta os corpos. Atualmente as práticas de exploração de terras mantidas pelo modelo neoliberal através do capitalismo patriarcal, coloca em risco a sobrevivência.

Além de ser a terra a responsável do dignificar a existência do corpo, é através da terra que a vida comunitária se desenvolve e ganha significado. A relação território corpo e território terra, é responsável por gerar a plenitude da existência feminina, pois é através da consciência sobre o corpo que se constrói meios para a defesa do território. E é a partir das vivencias neste território que se constrói estes meios como: construção de saberes, da liberdade.

A luta por um território fora do sistema neoliberal que prega um desenvolvimento baseado em acumulo e desigualdades, é a garantia da vida da comunidade que está em conformação com a natureza. E os movimentos sociais em defesa do território, são o principal meio de garantir que a propriedade do território terra seja um direito dos povos. Mas como afirma Cabnal, estes movimentos devem lutar contra as diversas formas de violência que as mulheres são submetidas no território.

Isso implica em pensar os diferentes sujeitos como donos de si e de seus pensamentos. Neste caso se o pessoal é político, o corpo deve ser tomado como o primeiro território. É a partir destes corpos com consciência sobre si, seu lugar e sua história, que se passa a transformar e criar as vivencia dentro da comunidade. Conseqüentemente cria-se alternativa para o atual modelo capitalista extrativista que sucumbi a terra, e assim a vida nela, além de enraizar ainda mais as desigualdades.

Tornando estas desigualdades ainda mais intensas o papel do Estado como redutor das desigualdades, não é efetivo, ou não ocorre. Isso torna a organização dentro da comunidade a principal ferramenta para combater as injustiças sociais, não apenas no plano interno, mas também externo. É importante se notar que é na figura feminina que se deposita principalmente o saber medicinal, alimentar, linguístico e cultural, no interior das comunidades. Isso se mostra por exemplo na figura da matriarca da comunidade, que com sua sabedoria acaba por ser a materialização da continuidade histórica e cultural do grupo.

As mulheres indígenas são figuras de extrema importância ao se relacionar com o externo a comunidade. Isso se dá principalmente a partir de organização de cooperações e coletivos por exemplos, e é a partir disso, que as mulheres indígenas passam a denunciar práticas discriminatórias contra suas comunidades. Mas também, passam a se organizar contra as relações desiguais formadas no interior de suas comunidades. Ou seja, não é apenas articulações contra a discriminação, mas também em defesa de pautas específicas das comunidades.

O tratamento que o Estado oferece as comunidades indígenas socialmente, como é o caso do acesso à saúde, é considerado desumanizado pela maioria das comunidades. Isso porque, não há um respaldo cultural no atendimento, o que leva as comunidades manter apenas tratamentos comunitários. Isso afeta de maneira drástica a saúde das comunidades, além de seus valores. Como exemplo disso a o tratamento para com a saúde sexual das mulheres, que muitas vezes são levadas a procedimentos sem terem tido informações suficientes, tendo suas dignidades como mulheres e indígenas afetadas.

Como exemplo disso, há os procedimentos de laqueaduras, que mulheres indígenas são submetidas principalmente como forma de contingência populacional. Estes tratamentos desumanizados, são extremamente cruéis por não respeitar o direito individual destas mulheres, assim como suas culturas. Necessita que os Estados desenvolvam práticas culturais indígenas na saúde, educação, etc, como meio de garantir um tratamento respeitavam.

A globalização acelera ainda mais as relações da comunidade com o externo, levando as pessoas a procurarem alternativas contra o cenário de pobreza comunitário. A principal fonte de renda de muitas mulheres, que em sua maioria é quem permanece em maior número nas comunidades, é a produção artesanal. Mas, o processo de desenvolvimento da globalização, impõe uma ideia de que o “externo” é mais bonito e tem mais valor. Ao valoriza-lo a cima do que a comunidade produz, está criando obstáculos para a própria subsistência de famílias inteiras.

Assim, para além de mudanças sociais, as próprias histórias destas comunidades passam a estar cada vez mais em pauta, por conta das suas relações com o mundo expondo suas cosmovisões. E é a partir do conhecimento de suas realidades próprias, que se torna possível criar alternativas que respeitam suas respectivas culturas e vivencias.

1.3 Feminismo quilombola

O que se propõe aqui é, se utilizar de estudos e textos expostos pelos feminismos acima citados, como meio para entender o contexto de mulheres quilombolas. Inicialmente se pontua que o processo de opressão das mulheres quilombolas assim como da maioria das mulheres, é resultado de um contexto histórico, social e geográfico. Que ao longo dos anos não apenas moldou a vida em sociedade, mas também as desigualdades, em torno de raça, classe e gênero por exemplo. Neste contexto de diferenciações será discutido aqui a mulher quilombola, que é resultado de um longo processo sócio histórico, que molda o ser afrodescendente e quilombola brasileiro.

Essas mulheres não são frutos apenas de uma desigualdade de gênero, mas também, de uma desigualdade etno/racial, sofrida desde o processo de colonização do país se viu na base da pirâmide social, sofrendo com injustiça, preconceito e com a desigualdade. Em meio ao território que integram se desenvolvem não apenas como mulheres, mas também como quilombola, pois é naquele meio que desenvolvem suas relações diárias.

Neste sentido, se entender negra e quilombola, se constitui muito como um ato político, pois é se entender fazer parte de toda uma história de opressões. Estando de maneira geral associado a uma luta contra dominação. Algo importante a se salientar é que, não se fala aqui em simplesmente ser quilombola, mas de se identificar quanto quilombola, o que leva uma carga política para os quilombos, mas também se transforma em um processo de visibilização da luta.

Esse processo de se entender como quilombola, ocorre através de uma identificação dentro da sua própria história. E esta identificação que busca gerar uma identificação atual, está relacionada a sua “consciência histórica”, tratada aqui como o significado atribuído ao presente, a partir de, vivências passadas. Uma ferramenta importante para essa consciência é atribuída a cultura, ou seja, os sentidos que são atribuídos aos indivíduos.

A oralidade se apresenta aqui como uma importante ferramenta para construir essa consciência, pois, é através dela principalmente, que se transmite as vivência e a cultura de uma comunidade. No Brasil o termo *Griôs* que advém dos chamados *griots africanos*⁴

⁴ O termo griots, advém do francês que significa portadores da sabedoria. “Na cultura africana, eram conhecidos como trovadores ou menestréis classificados como griots músicos (tocam instrumentos, cantam e compõem); griots embaixadores e cortesãos (responsáveis por mediar desavenças entre famílias) e griots

que representa a tradição oral, é uma importante ferramenta para a ressignificação do contexto histórico das comunidades quilombolas, indígenas, assim com diversos indivíduos. Em um contexto rural e com menor índice de letramento a oralidade ganha ainda mais poder.

Esses *Griôs*, são os responsáveis pela transmissão oral, pode ser representado pelos mães e pais-de-santo, rezadeiras, parteiras e etc. Representadas também pela influência indígena, estas oralidades são responsáveis por transmitir histórias dentro das comunidades, que apenas com a escrita não seria suficiente. Neste contexto de oralidade, se encontram as mulheres que são importantes figuras no interior das comunidades quilombolas para transmitir histórias.

Isso porque, a manutenção de quilombos está muito relacionada a uma relação construída entre seus membros, seja por meio da ancestralidade comum, afinidade ou cultura. Formado grupos de membros que se identificam como parecidos, é são estas similitudes que levam de maneira geral a formação de quilombos, assim como acarreta a manutenção desta relação comunitária. E são as/os *griôs* figuras extremamente importantes para manter essa identidade, pois, é a partir da tradição de se contar histórias que o grupo passa a se identificar e formar laços de união.

As mulheres destas comunidades são importantes figuras de oposição a pressupostos de dominação. Isso por que, são estas mulheres griôs, que se utilizam da fala para enaltecer suas práticas culturais e identidades negras. E além disso, a própria prática da fala já diz muito, pois ao negro o direito a fala é negado, a mulher é ainda mais inferiorizada tendo que lutar contra diversos estereótipos colocados sobre seus corpos. A fala neste sentido, não apenas se opõe a uma cultura que valoriza a escrita, mas cria alternativas que se encaixam as tradições orais, mas também moldam as comunidades.

A desigualdade de gênero, se materializa ao analisar as divisões de trabalho no interior das comunidades. A dupla jornada é a realidade da maioria das mulheres quilombolas, a elas são cabidas atividades domésticas, além de trabalharem muitas vezes nas cidades como domésticas. Além disso, há os trabalhos na agricultura que é exercido por homens e mulheres. Essa divisão do trabalho, é uma exemplificação da divisão do trabalho determinada pelo gênero.

As mulheres são importantes mantenedoras dentro destas comunidades. Mas, o fato de serem mulheres negras geram ainda dificuldades em encontrar emprego. Não

genealogistas, historiadores e poetas (contadores de histórias e grandes viajantes) (HAMPATÉ BÂ, 2010, p. 191-193) ” (SAMPAIO, PACHECO, 2015, p. 56).

apenas por serem negras, mas também por serem pouco alfabetizadas, e residirem em uma comunidade afasta dificulta a confiança de possíveis empregadores. O que torna estas mulheres dependentes de péssimas condições de trabalho, ou tendo que enfrentar o desemprego.

Tudo isso, tende a tornar as mulheres dependentes financeiramente de homens, a pesar de estar mudando esse cenário. A figura masculina continua a ter uma grande importância dentro das maiorias das famílias, a figura do “chefe de família” exercida pelo homem que é responsável pela ordem familiar ainda é bastante predominante. E é nesta lógica de uma mulher dependente da figura masculina, que diversas formas de violência contra a mulher tendem a aparecer nas comunidades.

Por um lado, podem ocorrer agressões no interior de famílias, em alguns casos o álcool tende a gerar ainda mais danos. Aliado a cultura de não se envolver em problemas familiares alheios, além da dependência de mulheres a figura masculina; além da figura vista como negativa da mulher mãe, e solteira em muitas destas comunidades que ainda são bastante conservadoras, tudo isso, levam mulheres a se submeterem a péssimas condições familiares cotidianamente.

A figura do Estado normalmente não é vista como um amparo, ou de maneira positiva, isso porque pedir ajuda a polícia por exemplo em um contexto de violência, como já é sabido não é um caminho fácil. A dificuldade de entidades de segurança em estar presente nas comunidades, também levam a um esquecimento de forças policiais. E ainda, há as relações tensas com policiais por exemplo, por conta de conflitos em torno da demarcação de terras quilombolas.

O viés comunitário presente nestes territórios quilombolas, é uma das principais ferramentas encontradas pelas mulheres da comunidade para alcançar mudanças. Isso por conter um histórico de deliberação entre os membros como forma de tomar decisões, neste caso a associação tem se tornado cada vez mais presentes em territórios quilombolas. Não estando agindo apenas para tratar de assuntos externos, mas também internamente. Por ser um território associado a um contexto familiar, a população tende a se adaptar facilmente.

Assim, entidade como associações de moradores, costumam ser os principais cenários para deliberação. E é dentro desses espaços que as figuras femininas tem conseguido cada vez mais, aumentar sua representatividade, pois são elas que estão mais presentes no cotidiano da comunidade, já que em muitos casos os homens trabalham bem distantes das suas casas. Para além disso, há os casos de assassinatos em comunidades em

que a situação de conflito são ainda mais intensas que levam as mulheres a tomar a liderança de suas comunidades.

Toda essa aproximação de figuras femininas com os espaços de deliberação, tem levado a uma aproximação da realidade das mulheres para as discussões dos grupos. Essa importância feminina não está presente apenas no contexto local, mas também nacionalmente, em encontros nacionais⁵, que buscam um diálogo entre mulheres quilombolas e sobre estas mulheres. Além de que, assim conseguem levar uma maior visibilidade sobre o contexto que vivenciam.

Estas associações, são importantes para garantir uma maior emancipação econômica de mulheres em sua comunidade. Mas, a falta de escolaridade dentro da comunidade ainda causa obstáculos quanto a própria capacitação das pessoas, em manter projetos de geração de renda. Além disso, para que tais projetos sejam implementados e mantidos, ainda é necessário que haja projetos públicos ou de ONGs por exemplo, que oferecem apoio e incentivo financeiro e logístico, para que as pessoas da comunidade realizem seus projetos.

A criação de novos postos de trabalho voltados para a comunidade são, importantes para amenizar os casos já citados casos de trabalhos precarizados. Para além disso, estas associações são ferramentas de engajamento político de mulheres, que propõem leis, que emancipem e criem melhores condições de vida para as mulheres das comunidades.

Neste contexto, a luta pelo território é o primeiro fator para se alcançar uma igualdade. Estas mulheres lutam para serem soberanas de seus corpos e de seus territórios, pensar o território aqui não é apenas sobre uma terra, mas também sobre o local onde se construiu e se constrói histórias. É onde a mulher quilombola encontra sua proteção, não apenas do que ela se considera, mas também, porque é a partir de um território próprio, que estas mulheres podem buscar ferramentas para amenizar violências e desigualdades.

Pois, é com seu território que se começa a dialogar com políticas compensatórias para suas realidades. A partir de um território, que se passa a pensar em quem é a mulher

⁵ Entre os dias 13 e 15 de maio de 2014 foi realizado o primeiro encontro nacional de mulheres de quilombolas, na cidade de Brasília (DF). Com a pauta *O protagonismo das mulheres quilombolas: avanços e desafios*, esse encontro ocorreu, dezenove anos após I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, ocorrido em 1995. E demonstra o distanciamento que a pauta feminina ainda possui ao tratar assuntos sociais do cotidiano. Mas também, retrata os avanços que as mulheres passaram a produzir através de organizações.

quilombola que aqui falamos. Quais as suas especificidades, e principalmente, porque um tratamento diferenciado sobre estas mulheres é garantir uma igualdade. Neste sentido, falar sobre feminismo entre as mulheres quilombolas, é lembrar de práticas de resistência entre elas, que não necessariamente precisa ser tratado como feminismo dentro da comunidade pelas próprias mulheres.

2. SITUAÇÃO QUILOMBOLA NO BRASIL

O contexto quilombola no pós-abolição tem reflexos na atual situação dos quilombos no Brasil, refletindo social e economicamente na identidade do país. O que se percebe nas últimas décadas no Brasil é que a ideia de progresso social, ou seja, a luta por acesso igualitário se consolida, não apenas no contexto econômico. Mas também com a estruturação de sistemas democráticos colocando princípios como a igualdade social no centro de discussões.

Percebe-se que o silêncio perpetuado na imagem da democracia racial passa a ser quebrado. Principalmente por movimentos e coletivos sociais, que passa a utilizar as instituições políticas como ferramenta de mudança. Como reflexo de todo esse engajamento em termos de busca por igualdade, às disparidades entre grupos sociais tornaram-se ainda mais marcantes.

Como o fim da Ditadura Militar é um momento histórico de insurgências de movimentos e coletivos sociais. Alguns deles como o Negro e o Campesino, se utilizam desses novos espaços de debate que se coloca no Brasil, para ter suas reivindicações em pauta, são movimentos de minorias (em direitos) que reivindicam em nome de uma minoria.

Além disso, a presença de ONGs após o período de redemocratização, juntamente com tais movimentos levou a discussão de políticas públicas orientadas à redução dos índices de fome e desigualdade. Além disso pressões externas orientadas ao chamado desenvolvimento sustentável, também foram importantes impulsionadores de políticas orientadas para o desenvolvimento no campo. No ano de 2000 foi realizada pela ONU a (Organização das Nações Unidas) a Assembleia do Milênio.

A partir daí, foram criados os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)⁶, nesse cenário em que a presença de grupos sociais e organismos internacionais discutindo questões como fome e desigualdades o governo brasileiro insere e aprofunda políticas públicas sociais como é o caso dos programas: Plano Nacional para a Oferta de Biodiversidade e a Política Geral de Preços Mínimos para Produtos da Biodiversidade

⁶ Os oito objetivos do Milênio apresentados foram: Erradicar a extrema pobreza e a fome. Atingir o ensino básico universal. Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres. Reduzir a mortalidade infantil. Melhorar a saúde materna. Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças. Garantir a sustentabilidade ambiental. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

(PGPMBio); o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

Estas políticas e programas tem como objetivo gerar um desenvolvimento rural sustentável ao mesmo tempo que busca reduzir a fome. Esses projetos levam a agricultores familiares assistência técnica e financeira na produção. Apenas entre 2004 e 2009, segundo o governo houve o investimento de 16 milhões de reais através da Pnater, esse investimento atingiu mais de 31 mil mulheres.

Mas mesmo com avanços ainda há uma disparidade entre investimentos públicos destinados a pequenos e grandes produtores.

De acordo com dados dos bancos públicos, principais operadores das linhas de crédito agrícola, os grandes empreendimentos receberam R\$ 65 bilhões na safra 2008/09, R\$ 92,5 bilhões na safra 2009/10 e R\$ 100 bilhões na safra 1010/11. Para os pequenos agricultores foram destinados R\$ 13 bilhões na safra 2008/09, R\$ 15 bilhões na safra 2009/10 e R\$ 16 bilhões na safra 2010/11. (GLASS, 2011)

Em um primeiro momento a igualdade em termos legais estava garantida, mas como se observa atualmente, tais movimentos teriam um longo caminho pela frente, para conseguir o mínimo de igualdade social, que foi negada aos negros e negras desde sua chegada a então colônia portuguesa. Se por um lado as jovens democracias na América Latina criam cenários favoráveis aos movimentos, principalmente a partir das chamadas social democracias.

Nos últimos anos, com o crescimento de ideias elitistas e de direita com seus discursos de condenação a movimentos sociais criou um novo choque entre estes e tais movimentos tidos como progressistas. Certamente nos próximos anos se verá desenrolar desse novo contexto social, mas até então não há como negar que o atual cenário não é mais tão otimista para as minorias de modo geral no país. Desse modo cabe lembrar aqui a maneira como se estrutura a situação quilombola, assim como destacar alguns pontos em meio a luta, e conquistas dessas comunidades.

No caso das comunidades quilombolas o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, estabelece “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida à propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. Fala-se aqui de remanescente, as comunidades com uma ancestralidade, e uma herança

cultural e material, mas principalmente ganha um sentido político ao evocar o reconhecimento histórico de um grupo (ARRUTI, 2008).

Mas há de se notar que apenas a partir de 2003 com o Decreto nº 4.887, que se regulamenta a identificação e demarcação de territórios remanescentes de quilombos⁷. A partir do decreto, compete à própria população quilombola o auto reconhecimento e ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que através do RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação) realiza a titulação dos territórios.

A titulação de territórios indígenas e quilombolas não é apenas territorial, mas também identitária, representando a cultura e a história de um povo. Há que se ressaltar a própria ideia em que o território do quilombo representava segurança e refúgio para diversos indivíduos, representa a partir disso empoderamento para estes. Ou seja, território não é sinônimo de moradia, mas também de identidade.

A partir de uma abordagem de Claude Raffestin (1993), observa-se que o território se dá através da apropriação de um território não apenas de uma maneira material, mas também imaginária. Neste contexto não é apenas raça, classe e gênero por exemplo que se tornam construções que criam poder, a partir de uma leitura de Stuart Hall, observa-se o quanto a construção territorial pode ser lida através de relações assimétricas e muitas vezes conflituosas.

Hall demonstra em seus estudos a maneira como raça foi forjada em um contexto de exploração do homem africano pelo homem europeu. Para o autor a raça passa a existir a partir daí como um mecanismo de diferenciação de indivíduos. Exemplificando aqui, a imagem do homem negro, é uma criação que serve aos interesses colonizadores, pois é a partir dela que se cria uma hierarquia entre indivíduos.

O pensamento do autor também pode ser usado para ajudar a entender a ideia em torno do conceito de democracia racial no Brasil, isso porque, o Estado-Nação se constitui em torno de diversidade em termos de cor, línguas indígenas e oriunda de diferentes povos africanos. Mas, que a partir da constituição do Estado se silencia e exclui diferentes povos do território em nome de uma identidade nacional, que tende a ser a imagem de uma elite colonizadora e europeia.

⁷ Quilombos “que em sua etimologia bantu quer dizer acampamento guerreiro na floresta, foi popularizada no Brasil pela administração colonial, em suas leis, relatórios, atos e decretos, para se referir às unidades de apoio mútuo criadas pelos rebeldes ao sistema escravista e às suas reações, organizações e lutas pelo fim da escravidão no País” (LEITE, 2008, p. 965).

Hall a aponta a cultura como principal ferramenta utilizada para explicar a coesão dos indivíduos, além de apontar a modernidade e seus desdobramentos como quebra de barreiras e trocas culturais (ambas aqui não apenas materiais, mas também simbólicas) como fomentadora de questionamentos identitários e assim sociais também. E é em meio a esse cenário que as relações com o “outro”, passam a criar questionamentos sobre a organização da sociedade, esse encontro de ideias pode gerar relações conflituosas.

O território quilombola passa a estar em um contexto de conflito interno que estabelece fronteira para além daquelas que delimitam o Estado. Aqui as fronteiras não necessariamente materiais, separam indivíduos de maneira hierárquica, mas também, é a partir destas delimitações que manifestações próprias se condicionam e mantêm a identidade dos povos quilombolas.

É através da demarcação que se “permite o exercício das funções legal, de controle e fiscal” (RASFFETIN, 1993P. 167). Ou seja, o território é delimitado através de relações de poder determinadas em um momento histórico e que se transforma no decorrer do tempo. O território delimitado tem sua “evolução bloqueada” (RASFFETIN, 1993, P. 162), normalmente por meio de relações burocráticas do Estado. Através disso percebe-se que a fronteira estabelece relações de poder entre indivíduos. E o controle funciona como ferramenta para se manter não apenas o território, mas também aqueles que o compõem sob controle.

A fronteira funciona como um produto dessa demarcação e tem como principal função extinguir conflitos, o que no caso indígena e quilombola no Brasil atual certamente tem o maior valor, já que é a partir dela que os conflitos sobre o direito à terra ganham uma resolução. Já que a partir de ferramentas legais do Estado o território deixa de ter uma propriedade sob disputa.

No caso brasileiro determinados locais recebem um tratamento “diferenciado” como é o caso das periferias que se constituem em meio ao um contexto de exclusão social, como será visto mais a frente. E são nestes locais que o Estado parece ter liberdade para agir de maneira violenta. Aqui a função legal e fiscal tem parâmetros desiguais, e agem como vigias de um outro que deve ser contido e não resguardado.

Nota- se que, em meio às relações que indivíduos passam a ter entre si, valorizam as matérias naturais, neste contexto o território passa a ser uma importante ferramenta de poder. Já que é neste que relações passam a existir, mas também é neste que a matéria se torna recurso econômico e de poder, sendo também alvo de disputas no próprio território.

Neste sentido o território passa por uma “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2004, p.121), pois são através das transformações capitalistas, que o território passa por uma conversão de propriedade de direitos que visa o bem comum, para se transformar em uma propriedade de direito exclusivo, interessada ao acúmulo de capital, neste sentido há uma monetização de recursos naturais.

Como exemplo disso, os conflitos em torno da propriedade de territórios na região da Amazônia Legal, composta por, Amazonas, Roraima, Amapá, Acre, Pará, Mato Grosso, Rondônia e Tocantins além de parte do Estado do Maranhão. Conflitos com povos indígenas ainda lideram o ranking, sendo que a região lidera em número de conflitos e homicídios⁸ devido a disputas territoriais. Motivada principalmente pela expansão de grileiros setores do agronegócio⁹. Casos de violência e até assassinatos cometidos por policiais contra comunidades locais, também são temas de denúncias das comunidades além de organizações não governamentais que lutam pelo direito à terra.

Se utilizando do pensamento de Harvey, observa-se que territórios que não possuem uma titulação, ou são territórios de propriedade do Estado, como áreas de preservação, passam a ter um valor material em meio ao sistema capitalista e exploratório, em um país de se sustenta economicamente através de commodities¹⁰ como o Brasil. O contexto brasileiro de conflitos por terras demonstra que os direitos individuais estão acima do direito à terra de indígenas e quilombolas que é garantido em lei, como já dito.

Isso porque ao analisar os últimos anos observa-se um aumento significativo na chamada bancada ruralista, com membros de diversos partidos entre 2007 e 2010, a chamada Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) era composta por 117 deputados. Já em 2011, 120 deputados e 18 senadores compunham a bancada, segundo dados do DIAP (Departamento Intersindical De Assessoria Parlamentar) em 2018, a bancada teve uma redução a Câmara dos Deputados 76, mas um aumento no Senado 28.

A bancada teve um importante papel na extinção do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) em 2016, durante o governo de Michel Temer. É considerada a mais organizada em torno de pautas. Esse cenário demonstra indícios de um governo que deve reduzir pautas ambientais, e principalmente o acesso a terras indígenas e

⁸ Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2017.

⁹ A partir de uma leitura de Heredia. Et.al (2010), pode se definir agronegócio como as empresas no ambiente rural que produzem a partir de meios mecanizados e em grande escala, orientados para a exportação.

¹⁰ Commodities são tidos como bens considerados primários, ou seja, ligado de uma maneira direta a natureza, ou, com pequeno grau de processamento.

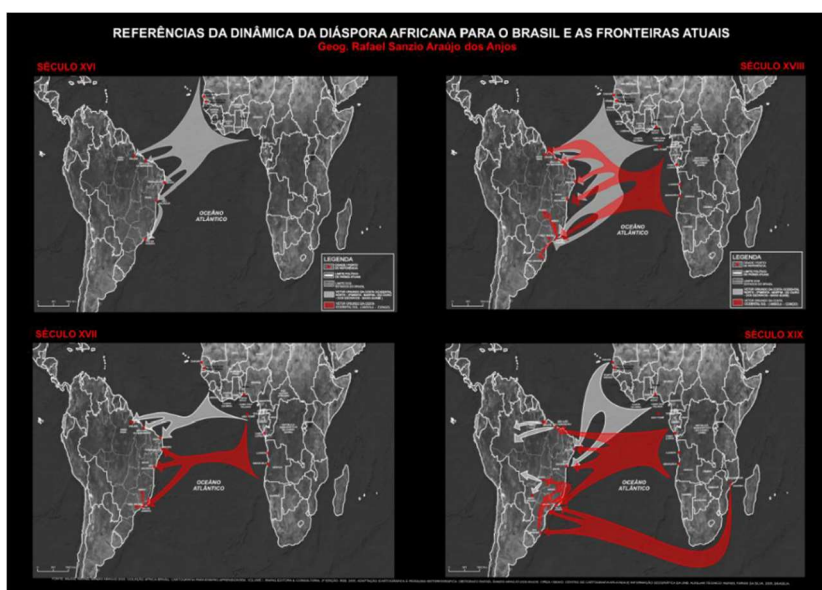
quilombolas, como a discussão do Marco Temporal, que no ano de 2018 foi usado por um Juiz do Mato Grosso para anular a única demarcação assinada por Michel Temer. Além disso, o Projeto de Lei (PL) 490 de 2007, continua entre as principais pautas da bancada e busca alterar a legislação em torno da concessão terras indígenas e quilombolas. Estes são alguns pontos para se entender o atual cenário de disputas políticas em torno da situação fundiária no país.

2.1 Quilombos No Brasil

O território brasileiro, em meio a sua desigualdade social e econômica, foi e continua a ser bastante marcado pelo contexto de escravidão, isso porque estamos falando não apenas do país que recebeu o maior número de escravos na América, mas também por ter sido o último a abolir formalmente a escravidão em seu território.

Os números sobre a chegada de negros africanos no Brasil variam, mas estima-se que seja, algo em torno de quatro milhões de vidas, que passaram a serem transportadas por volta de 1518. Como afirma ANJOS (2011), nota-se que há uma proeminência de populações negras escravizadas em regiões de interesses portugueses. Além de demonstrar a presença da maioria dos quilombos no país. Como mostra a figura abaixo.

Figura 1. Referências da dinâmica da diáspora africana para o Brasil e as fronteiras atuais.



Fonte: ANJOS, 2011.p. 264.

As imagens demonstram os caminhos para onde a mão-de-obra africana, como expõem ANJOS (2011). Primeiramente há a forte influência da produção de açúcar. Então observa-se o avanço para a região central do território por conta das minas de ouro, e pedras preciosas. Além disso a produção de algodão também foi um importante impulsionador de mão de obra escrava para as regiões do Maranhão e Pernambuco.

Com a proibição do tráfico em 1850, passou a existir rotas alternativas para a passagens de negros, neste cenário havia fazendas, que mantinham os negros por um período. Além de realizar o ensino da língua portuguesa como maneira de evitar problemas futuros. Isso porque, é importante se notar que neste período não foi proibido a escravidão, mas apenas o tráfico de pessoas.

Por volta de 1860, os primeiros movimentos contra o trabalho escravo, com isso dois importantes pontos ocorreram, temos a proibição de separar menores de quinze anos dos pais, além da proibição de venda de negros em locais públicos como praças.

O fato de não haver muitos estudos em torno de negros e de quilombos no Brasil, se deve principalmente à organização de um “poder simbólico”, como demonstra Pierre Bourdieu, a religião, a língua, a cultura e a ciência, são instrumentos simbólicos que estruturam as relações de poder (conseguir que o outro faça a sua vontade) entre classes. Esse poder é imperceptível até mesmo para aqueles que o exercem.

Isso porque durante todo o processo de colonização o negro foi inviabilizado socialmente, através de diversas ferramentas sociais mesmo não vistas materializadas. No contexto social brasileiro os negros passam a serem vistos apenas a partir de insurgências contra o sistema social e econômico em que estavam submetidos. As organizações quilombolas apresentam então, uma forma de resistência ao poder vigente, ao direito à terra.

Como demonstra Raffestin (1993) a terra passa a ganhar significado e se torna o território a partir das relações dos indivíduos em torno de um determinado território. No caso quilombola os simbolismos se formam a partir de história de uma comunidade. Aqui a oralidade por exemplo tem o papel de resgatar e manter viva a história de uma comunidade, que está relacionada ao território. São nestes territórios que viveram seus antepassados, e onde mantém os seus túmulos, assim como os novos membros das famílias que se organizam.

Algumas comunidades como é o caso da Picadinha (que será discutida no próximo capítulo) tem a história do núcleo familiar desenvolvida em torno de um território, pois foi ali que Dizidério e Maria Cândida de conhecem, se casam e constituem família. São

nestes territórios que mulheres produzem artigos de artesanatos para sustentar suas famílias, onde núcleos familiares se utilizam da terra para plantar suas roças para se alimentarem, e/ ou para comercializar.

A partir das próprias relações em torno da agricultura familiar que estas comunidades exercem entre si, há uma manutenção de um caráter comunal, que reforçam relações comunitárias entre os povos de um território. Aqui a terra não existe apenas no agora, mas funciona de maneira simbólica no que ela será no futuro; há em torno do território uma idealização em torno dos descendentes da comunidade, e na continuação não apenas de seus modos de vida, mas principalmente uma preocupação na sobrevivência de seus descendentes em caso de perda do território. Além disso, a luta pelo direito a terra acaba por ser uma negação as relações de dominação.

É neste espaço que o negro se encontra novamente a sua ancestralidade, e a sua cidadania plena, pois é ali que este é igual, possui seus direitos, e principalmente é um igual e livre. Os quilombos marcaram as primeiras ações de resistência à escravidão e o sistema imposto por senhores de escravos. Ações estas que acabam por serem radicais e violentas, pois, o tratamento ao negro “não obediente” e fugido sempre foi de extrema violência, se utilizando desta como ferramenta de controle dos escravos. Isso se deve principalmente ao fato de não haver possibilidade de coexistir uma estrutura escravagista e a liberdade de negros.

O processo que leva o negro a se rebelar até se encontrar na formação do quilombo é pautado na ideia de liberdade, e assim também na construção de uma identidade. Isso porque primeiramente há uma contestação da imagem de “outro”, e do ser propriedade de senhores. Neste contexto a revolta que leva a fuga e formação dos quilombos configura-se pelo questionamento e o rompimento de uma ideia de propriedade e coisificação em que os negros e negras eram escravizados e reduzidos a propriedade.

Assim, deve se pensar nos quilombos como uma coletividade em que o território se liga a liberdade. Antes por ser o local de reconstrução de autonomia sobre seus próprios corpos, em que se reconstitui seu auto propriedade, além de negar um sistema social em que não liberdade. E agora se mantém como ferramenta de manutenção da história e identidade de diversos grupos quilombolas, além de como já dito representar uma autonomia econômica em contraposição a um sistema econômico capitalista.

De forma geral desde o início do processo escravista houve formas de resistência materializadas nos quilombos, nesses locais negros de todos os gêneros e idades. A Corte

Portuguesa considerava quilombo “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões neles” (ALMEIDA, 2005, p. 102, apud TERRA, 2011 p.49).

Estes quilombos realizavam diversas trocas entre si, através de redes nas próprias senzalas além dos fugitivos. Estes espaços vão surgindo no decorrer de todo o período escravocrata, em diversas regiões do país, conforme vão avançando os novos interesses econômicos dos senhores de engenho. Conforme surgem novas formas de produzir riquezas novas regiões passam a ser utilizadas e assim novas mão-de-obra que passam a ser empregadas. E é no decorrer destes processos que novos locais de resistência de negros passam a surgir no território português.

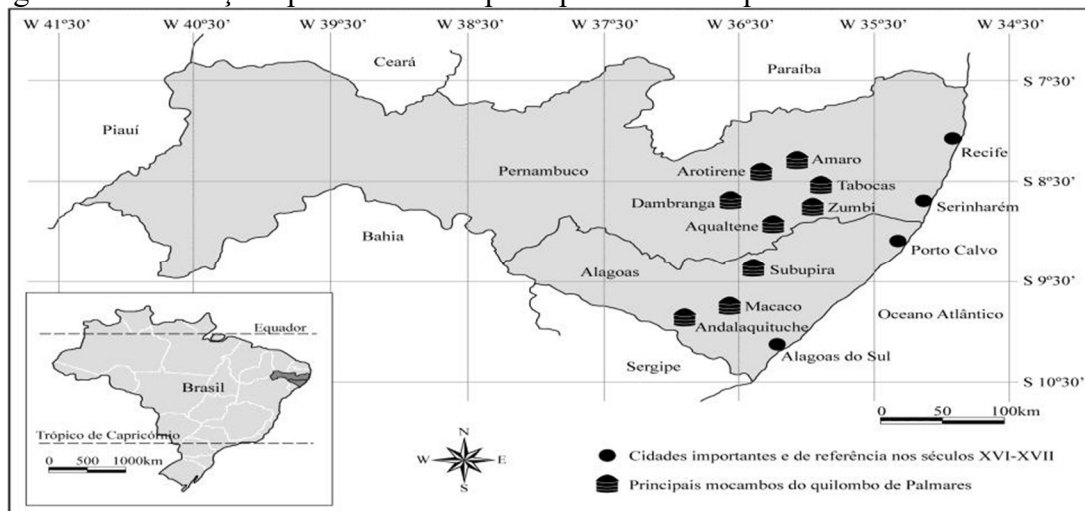
Entre os principais quilombos no Brasil pode-se nomear Palmares (AL), Ambrósio (MG), Quebra Quilo (PB), Campo Grande (MG), Manuel Congo (RJ), Santarém (PA) Trombetas (PA), Piolho (MT), Preto Cosme (MA), Capim (PA), Motuca (MT), Sertão Geral (RS), Alcobaça (BA), Catuca (PE), Jabacuara (SP), Caxú (PA), Barba Negra (RS), Batinga (SE), São Sebastião (MA), Cumbe (PB), estes são os mais notáveis em extensão, além de mais lembrados na historiografia.

A República dos Palmares é considerado o maior em territorialidade, população cerca de 20 mil pessoas, e que teve uma maior duração (quase um século), constituído no século XVII, na região da serra da Barriga estado de Alagoas, em 1605, como principais figuras no quilombo encontra-se Ganga-Zumba, Zumbi, Ambrósio, Dandara, etc.

Estas figuras são consideradas até hoje importantes símbolos da luta pela igualdade racial. Além de Dandara que se transformou em uma das principais figuras feministas do país, marcada por sua resistência e luta contra a opressão colonial sofrida por negros e negras.

Palmares é considerado um Estado para além da figura portuguesa no país, isso não se deve apenas às características marcadas acima, mas também a forte organização de todo o território, dividido entre diversos mocambos dentro do território que hoje se localiza no Estado de Pernambuco. Palmares representou durante muito tempo uma forte oposição ao sistema econômico e social que mantinha a coroa portuguesa, resistindo a diversos ataques portugueses e holandeses.

Figura 2. Localização aproximada dos principais sítios do quilombo de Palmares



Fonte: GOMES; MANSANO (2011, p.19). Adaptado de ANJOS (2009, p.52).

Durante todo esse período sempre houve diversos tipos de atentados à luta de escravos fugidos, principalmente entre os chamados intelectuais culturalistas que produzem até meados de 1960 (ARRUTI, 2008), que publicaram diversos periódicos de forma racista e que desconfiguraram o cenário e a condição de negros da época. O Médico e etnólogo Raimundo Nina Rodrigues, é um exemplo, o pesquisador escreveu algumas obras sobre negros, além de Palmares que possuem um teor controverso.

Além disso, João Batista de Lacerda e Arthur Ramos, Afrânio Peixoto, Edison Carneiro e Aydano Couto Ferraz, também fazem parte dos intelectuais com ideias alinhadas ao chamado *Racismo Científico* (ODA; DALGALARRONDO, 2000), que durante o século XIX se utilizaram de teorias biológicas para defender a ideia de racialização (TAMANO, 20013), como já foi dito anteriormente.

Cenário que passa a mudar principalmente a partir do século XX, com a introdução de estudos sobre negros principalmente a partir de 1970, com a articulação com movimentos de esquerda e o Partido Comunista no país, aqui nomes como Décio Freitas e Clóvis de Moura passam a ganhar notoriedade.

Durante todo o período de sua existência Palmares e outros quilombos enfrentaram diversos conflitos, principalmente para recuperar escravos fugidos das fazendas, além de garantir a própria segurança dos senhores. A partir de 1677, as campanhas realizadas em Palmares passam a ter um caráter em torno do próprio território, ou seja, reaver a região que não era mais propriedade de fazendeiros. Esse conflito é

considerado o mais sangrento e longo do período colonial, gerando uma imensa repercussão na coroa.

Isso porque, gerou gastos humanos com a morte de homens, além de gerar gastos financeiros à coroa. Internacionalmente a imagem da coroa portuguesa sofreu diversas críticas. Já que a “descoberta” de terras na América e a exploração desse novo território geram riquezas a coroa portuguesa até então. Mas, naquele momento Portugal convivia com um território independente em suas colônias. Além de ser uma formação comunitária totalmente contrária a sistema econômico e político da metrópole.

E naquele momento o fato de não saber como tratar de negros rebeldes passa a se questionar a força da coroa em se manter, diante da rebeldia de seus escravos. Palmares foi extinto em 1693, quando Domingos Jorge Velho, invadiu o quilombo com homens, armas de fogo e canhões.

Tratando-se ainda sobre o território, a Lei De Terras de 18 set 1650 (lei nº 601), que é considerada de maneira geral como um marco para a divisão de terras no país, deve ser analisada de acordo com seu contexto como afirma Santana Filho (2014). Isso porque o contexto de criação da lei é de um declínio dos latifúndios açucareiros, e um aumento de importância das elites paulistas do café. Além disso os escravos libertos não possuíam condições para comprar terras.

Naquele contexto o negro não passou por uma transição como mão-de-obra assalariada, mas sim foi deixado à margem social, e mais uma vez o discurso funcionou como um suporte para manter o negro como figura excluída de sociedade. Concomitantemente a esse processo há o impulsionamento da migração de europeus como mão-de-obra assalariada e como ferramenta de branqueamento da sociedade. Com isso grupos passaram a migrar para áreas regiões externas a centros urbanos, seja para ambientes rurais onde se dedicaram a agricultura familiar principalmente, principalmente em locais fora da região sudeste.

Além disso, próximo aos centros urbanos as chamadas periferias começaram a surgir, como afirma Moura (1992), essas formações dependem da dinâmica econômica da época na região. Mesmo que não seja uma regra a maioria das comunidades periféricas urbanas surgem nas regiões do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Esse período Pós-abolição que é marcado por uma exclusão do negro, desencadeia um processo de “periferização das cidades” (ADÃO, 2017, P.15).

Com uma base agrícola forte pautada na mão-de-obra escrava, produzindo e exportando para a Europa café e açúcar a região sudeste consolida uma forte elite política e econômica. Criando as condições necessárias para uma industrialização da economia.

Essa periferização que se ascende a partir do século XX, motivada principalmente pela industrialização de alguns centros urbanos, se materializa de maneira substancial na separação geográfica que diferentes grupos (brancos e Negros). Aqui, estudos como de Harvey e Raffestin, formam ao uma importante base teórica para entender o papel do território como ferramenta de exclusão e/ou subjugação de povos ou grupos.

Pois, se o território é formado à imagem do contexto de poder de um tempo e localidade, o estar na margem é totalmente significativo, já que é este que não participa do contexto social do “eu” dominante. Ao mesmo tempo, observa-se que o “eu” dominante é quem está no centro, não apenas urbano, mas também social e político. A partir de Harvey (2005), observa-se o papel do Estado como agente da periferização dos espaços geográficos, para o geógrafo a figura do Estado não apenas institucionaliza a como mantém dinâmicas de apropriação de territórios de acordo com o sistema capitalista.

Ou seja, os centros urbanos aqui citados como São Paulo, possuem sua organização geográfica desde seu surgimento orientada ao sistema econômico. São cidades que colocaram os negros que não eram mais a principal mão-de-obra à margem das cidades, para construir áreas centrais em termos políticos e econômicos nos centros das cidades.

Voltando ao contexto paulista, Adão (2017), cita a retirada da população que vivia em cortiços na região central, assim como a proibição de construí-los na região. Não muito distante desses centros encontram-se os bairros proletários, que em suma era habitado por imigrantes europeus.

Essa diferenciação geográfica é marcada por privilégios econômicos principalmente, já que é por meio deste que o acesso ao território será escolhido, e assim também o acesso a uma infraestrutura minimamente digna, como saneamento básico e segurança. Ora, se as relações sociais em torno de um território o define, então, em cenários como o acima citado é de se esperar um território desigual.

No caso da formação de zonas periféricas observa-se fronteiras mesmo que não materiais, que funcionam de maneira sistemática como um separador de sujeitos. Voltando a Raffestin (1993) a criação de um território torna possível o controle estatal sobre este, o que reflete em um cenário de abandono social em termos de acesso a estes

direitos (Educação, Saúde, Saneamento). Por outro lado, a pauta segurança parece estar aberta a uma dualidade.

Por outro lado, observando um discurso da sociedade em geral, observando aquele que não está naquele território a presença militar causa um efeito de segurança. Já que aquele “outro” é considerado uma ameaça. Como tratado no capítulo anterior a ideia de ameaça no Brasil tem cor, e como percebe-se também tem território. Enquanto isso no espaço rural do país comunidades quilombolas passam a estar em um contexto conflitante, principalmente a partir do aprofundamento da economia agroexportadora para outras localidades do país.

Este contexto de exclusão do negro reflete nos indicadores de empregos, em que negro continuam a estar em empregos de menor remuneração, reflexo de sua baixa escolaridade motivada pela dificuldade de acesso educação principalmente. Mas também, de um sistema racista que tem dificuldade de ver o homem e mulher negra ocupando espaços de maior remuneração, ou destaque.

Neste sentido ao se abandonar mão-de-obra escrava, o Brasil se encontra em um cenário que impossibilita a aquisição de terras por parte de escravos e libertos. Observa-se aqui então, que o território é uma ferramenta usada pelas elites para manter seus privilégios sobre os negros.

Desde então não houve mudanças significativa em torno do acesso à propriedade para indígenas e quilombolas, como já demonstrado há diversas barreiras para se alcançar a titulação de terras. Não se pode negar que o fato de não haver mudanças e efetivas políticas que garantem acesso à terra, é a materialização das desigualdades em que diferentes indivíduos são tratados e percebidos na sociedade brasileira.

2.2 Disputas de terras e populações quilombolas

A fundação do Estado brasileiro está estreitamente relacionada a uma elite latifundiária. Após mais de 500 anos de colonização, esta ligação não teve grande mudanças. Isso pode ser demonstrado ao se observar a elevada relevância que a elite agrária tem ganhado no decorrer dos últimos anos.

Este processo não é novo, assim como a importância local atribuída a elites agrárias em toda a história do país, elite esta que se expande ainda mais para outras regiões do país a partir de 1930. A partir da década de 1950, a expansão para as regiões oeste do Brasil, marca o início do processo agrário brasileiro como se vê hoje.

Este é o momento inicial em que pequenas comunidades e áreas produzidas voltadas à subsistência, entram em choque como uma nova forma de produção. Esse novo modelo é o que atualmente é chamado de agronegócio. A partir de então, há a defesa de uma produção mais mecanizada e que necessita de uma maior extensão territorial para produzir. Assim, se produz em torno da produção do agronegócio todo um discurso de modernização e desenvolvimento econômico, (PORTO, 2014).

Principalmente a partir de 1990, as chamadas fronteiras agrícolas (áreas que se sobrepõem a comunidades rurais e de preservação ambiental), passam a demonstrar seu poder. Isso porque, é durante este período, com a expansão dos mercados de commodities e a necessidade de novas áreas, conflitos entre diversos grupos e proprietários de terras cresceram em diversas regiões do país. Isso é fruto principalmente do impasse entre produtores rurais e trabalhadores sem-terra, indígenas e quilombolas, já que estes últimos não possuem titulação de suas terras.

O fator social do país é um importante fator que contribui nesses impasses, já que de um lado há grandes monopólios agrícolas e de outros grupos familiares e comunidades, que não possuem acesso à meios de garantir seus direitos. É importante salientar que o processo de expansão do agronegócio não é contado apenas através de grandes latifúndios, mas também de estruturas logísticas que causam mudança no meio ambiente, e também no contexto social de diversas regiões do país.

Esse conflito entre pequenos e grandes proprietários, esboça uma dicotomia entre o papel da produção agrária no país, de um lado há os grandes produtores orientados por relações econômicas e mercadológicas, em que o alimento passa a ter um valor econômico, a terra sinônimo de mercadoria e assim se orienta através de uma lógica de mercado. Por outro lado, há propriedades pequenas, que se orientam através de uma produção para subsistência, principalmente.

Neste cenário a geopolítica pode oferecer importantes caminhos para se analisar o contexto agrário no país. Isso porque é através do território que novas relações de poder passam a se perpetuar. Isso não ocorre apenas no cenário internacional, com potências se mantendo sobre países periféricos. Mas também, através de relações internas desiguais que passam a interagir no interior dos Estados, através de relações de poder desiguais, e com uma grande influência de elites, estas se ligam aos interesses externo e do mercado financeiro como salienta Daniel e Bega (2018).

Neste cenário não necessariamente há elites estrangeiras nestes territórios, mas sim elites locais que se mantêm a mercê de um jogo político e econômico global que

favorece os interesses das grandes potências. Como aponta Casanova (2006), observa-se que o enriquecimento de um setor da sociedade sempre esteve ligado a inferiorização de determinados grupos. Esse padrão econômico é voltado para a exportação, e possui características ainda coloniais, como produção agropecuária, com mão-de-obra barata se utilizando de uma grande porção de terra, tudo isso para manter um negócio econômico voltado para exportação.

Atualmente observa-se que o conflito mundial, no pós-Segunda Guerra Mundial, possui principalmente figuras e atores internos nos territórios, mesmo que ligados a fatores externos. Tais conflitos econômicos estão ligados principalmente a conteúdos econômicas, como áreas de conflitos agrário, ligado a setores energéticos. A constante exploração dos povos destas regiões torna a situação econômica desses povos regionais ainda mais precária, visto que o acesso direitos sociais, e privados é bastante limitado.

Estes dois fatores tratados acima (desigualdades sociais, interesses econômicos), que estão correlacionadas na história do país, isso porque, as desigualdades sociais, funcionam como mecanismos para atender esses interesses econômicos. Assim a discrepância social se aprofunda, conforme os interesses de alguns são privilegiados sobre o de outros, mas ao mesmo tempo funcionam para reduzir as capacidades de se alcançar uma equidade social em torno do direito à terra.

Neste sentido a consolidação de um determinado território como ferramenta econômica, demonstra privilégios e poderes distribuídos de maneira desigual no país. Aqui a chamada expansão para o oeste não serve apenas a tentativas de proteger uma fronteira não habitada ou pouco habitada de maneira geral, mas também para atender interesses do capital que transforma território em mercadoria. Como dito acima a partir de Harvey e Raffestin é o território usado para atender necessidades de indivíduos.

Binkowski (2018), aponta que o conflito surge a partir das diferenças entre sujeitos, e cenário desiguais tende a gerar ainda mais turbulências. Aliado a esse contexto de diferenças há a formação de redes de movimentos (BRIGEL, FALERO, 2008), estas têm um importante papel de agente de mudança, não apenas por organizar de maneira sistemática sujeitos em suas semelhanças, mas também por serem instrumentos de visibilidade de conflitos.

Concessões econômicas e de terras a grandes fazendeiros insurgem conflitos. Nesta situação encontram-se duas diferentes formas de se entender os territórios, mas que institucionalmente parecem ter um mesmo peso, apesar de ser visto na prática dois pontos de vista diferente que se passa a ter sobre o território em especial a povos tradicionais.

Pois lançam o debate sobre visões de mundo sobre um mesmo território, mas principalmente sobre indivíduos que em suma não convivem em uma “democracia racial”.

Dados apontados pela CPT, demonstram que em 2017 houveram 989 conflitos por terra no país; estes conflitos envolveram 95.500 famílias, e fizeram 70 vítimas no país. Aliado a isso, há constantes cortes de investimentos em setores governamentais de acesso à terra. Demonstrado principalmente a partir de tentativas de reforma da legislação que rege a posse e concessão de terras no país.

É importante se notar o uso de terras públicas que são utilizadas ilegalmente, que tendem a gerar conflitos em diversas regiões. Mais de 50%¹¹ do território brasileiro é privado, utilizado em grande medida para pastagens e plantações. Mas aproximadamente 10% do território são de áreas desprotegidas, que podem gerar algum tipo de conflito agrário.

Em suma, nota-se que áreas passam a serem vistas e analisadas, principalmente a partir do momento em que conflito se tornam mais intensos. Entidades não governamentais e organizações da sociedade civil são importantes atores para gerar visibilidade sobre áreas de conflito. Os dados da CPT demonstram o quanto tem crescido o número de conflitos por terra nos últimos anos, de maneira geral nota-se um crescimento a partir de 2016.

Tal crescimento demonstrado pela Comissão é reflexo principalmente da expansão de setores do agronegócio, setores estes que se chocam com núcleos produtores familiares e comunitários e que possuem uma relação menos mercadológica para com a terra. Por outro lado, os conflitos se materializam como uma ferramenta de demonstração de força entre grupos. Esses conflitos ainda são marcados por baixos índices de punição aos culpados de crimes contra penas comunidades.

Tratando de maneira mais específica sobre quilombos os dados levantados pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras e Rurais Quilombolas (Conaq) e Terra de Direitos, aponta que em 2017, houve um aumento de 350% de assassinatos de quilombolas, foram 18 assassinatos. Sendo que a região Nordeste é a com maior número de mortes, assim como são mais violentas, o levantamento também aponta o caso de ter ocorrido na região duas chacinas.

¹¹ Dados do Atlas Agropecuário, criado pela ONG IMAFLORA. Disponível em: <http://atlasagropecuario.imaflora.org/>. Acesso em: 15 out.2018.

Outro ponto importante é o número de casos em que houve uma investigação efetiva por parte do Estado, dos 38 casos de assassinatos apenas nove ocorreu o reconhecimento do violador. Isso se deve não apenas pelo déficit investigativo, mas também, pelo fato de não haver uma confiança nos agentes estatais, assim como medo de denunciar. O levantamento leva o questionamento em torno de possíveis participações de forças estatais nos casos “sem autoria”, motivado principalmente pelo número de morte por armas de fogo, correspondente por 79%.

Estando as mulheres em contexto de violação de direitos responsáveis pela ordem familiar. São estas que sofrem de maneira mais presente com o abandono estatal, por parte de políticas públicas. Além disso, as mulheres acabam por serem alvos de atos violentos específicos, para que não tomem a lideranças de suas comunidades, além de sofrerem com ataques encobertos por um discurso cultural.

Além disso os casos de violência contra as mulheres tratados no relatório apontam que as seis vítimas (dados dos anos de 2008 e 2017), possuíam um papel de liderança, ou de grande importância política nas suas comunidades. Dois casos, foram marcados por violência sexual, esse tipo de violência tem relação como o fato de a figura feminina ter o status de “guardiã genética” de sua comunidade, além de se configurar também um atentado a honra do grupo como afirmado por Cabnal (2010), por ser uma violação ao corpo, (CRENSHAW, 2002).

A autora salienta que a violência se constitui através de ferramentas e discursos que desacreditam as vítimas, ou que reduz ainda mais os casos de denúncias.

Além disso, o uso de arma branca ou que causa maior sofrimento é de 66% no caso envolvendo mulheres, e 21% tratando-se de homens. Sendo que dois casos foram mortes cometidas pelos próprios companheiros. Esses casos demonstram não apenas situações de relacionamentos abusivos, mas principiante, por uma ideia desfigurada sobre a propriedade do corpo dessas mulheres. Sendo que esse sentido de propriedade se vale da *coisificação* da mulher, ou seja, estas não são mais sujeitos em si, mas sim parte de algo maior que se materializa na figura do homem. Assim, reduz a mulher a mera propriedade do homem, (ALMEIDA, 2014).

Isso revela não apenas dificuldades de acesso à terra, mas também de manter famílias em segurança em meio a conflitos agrários. Aliados a isso as constantes ameaças que lideranças sofrem no país, simbolicamente diversos grupos e principalmente aqueles em situação de inferioridade social, são os que mais sofrem com uma estrutura agrária desigual.

Esta estrutura como já demonstrada não é recente, mas sim fruto de uma não distribuição de terras, além de um sistema burocrático favorável a grupos elitistas. Desde o momento da colonização a divisão de terras foi favorável a um grupo que se formaria por uma nova classe a “burguesia rural”. Com o passar do tempo não houve uma redistribuição social em torno do direito à propriedade, mas sim um aperfeiçoamento de mecanismos estatais e legislativos que em nome do progresso se aparelhou como essa nova classe cada vez mais dominante.

Não há como desvincular a desigualdade que geram conflitos agrários no Brasil na atualidade com suas raízes estrangeiras, primeiramente com uma produção escravocrata que favorecia os interesses de elites portuguesas. Essa forma de produção pautada na exploração do trabalho escravo, acaba por deixar uma enorme fração da sociedade sem acesso à terra.

Sendo fonte de renda da população essas áreas passaram a serem usadas por um grupo seletivo da sociedade. Enquanto isso grande parte da sociedade não tinha acesso à terra, mas era submetido a trabalhos análogos como meios de subsistência, o que observa é que essa desigualdade serve aos interesses elitistas ao produzir uma mão de obra barata., uma classe que mantém seus ganhos. A partir do momento que novas ferramentas que propiciam uma expansão do agronegócio se instaura no país, principalmente após metade da década de 1990, coloca-se em choque dois cenários distintos encontrados no Brasil rural.

É neste cenário ainda mais antagonista que surgem novos conflitos e notoriedade quanto a disparidade rural no país. Neste ambiente conflituoso, o Partido Comunista e a Igreja Católica surgem como importantes impulsionadores, para gerar visibilidade aos conflitos da época. Os anos subsequentes a isso o país passa por diversas mudanças em seu cenário político e econômico, o que criou ainda mais obstáculos para mudanças efetivas em torno do direito à terra.

A dependência econômica do país com relação ao agronegócio, funciona como uma moeda de barganha para se manter uma estrutura rural a favor de interesses individuais. A participação e influência políticas de setores, têm gerado novos alertas, pois, é a partir de suas influências e notoriedade que se tem instituído tentativas de visibilizar os avanços de grupos sociais, e minorias no ambiente agrário.

De maneira geral o que se observa atualmente é a fragilidade em que se encontram instituições para garantir os direitos e acesso à terra. Motivado principalmente por setores rurais estas instituições sofrem ataques políticos, como cortes de gastos e

mudanças em suas ferramentas de operações para dificultar o acesso à terra. Além disso, fatores como mídias também tem um papel importante, pois deslegitimam ações de grupos sociais ligados à terra.

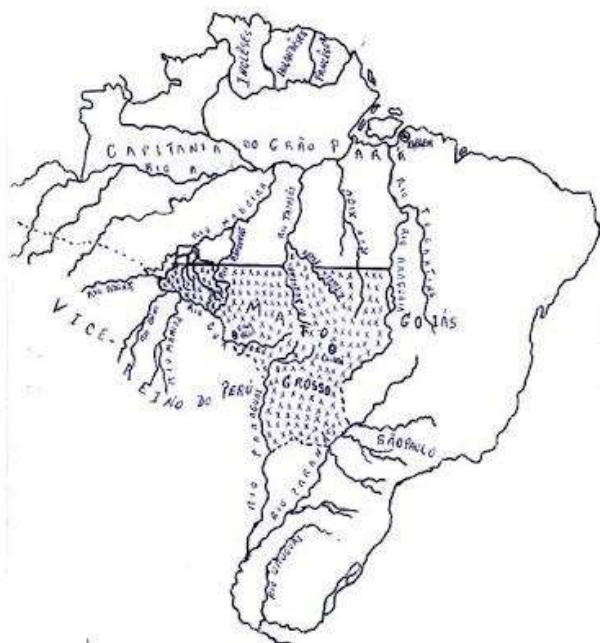
Com o acirramento de conflitos observa-se que as instituições brasileiras se mostram bastante inoperantes com relação a conflitos agrários. Primeiramente por não garantir uma distribuição mais justa, e depois, por não gerar o mínimo de segurança necessário para garantir a vida, destas populações. Certamente não há como se pensar em ferramentas para reduzir a violência no campo sem que haja a titulação de terras indígenas, quilombolas, além de assentamentos do MST.

3. QUILOMBOS NO MATO GROSSO/ DO SUL

A utilização de mão de obra escrava na região que se compreende o atual Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, inicia sobretudo a partir da segunda metade de 1700 (SILVA, 1998). Nesta região, bandeirantes das regiões de São Paulo e Minas Gerais desbravaram áreas em busca de minas de ouro. Inicialmente se fixando na região de Cuiabá, há uma expansão para outras áreas da região, após o esgotamento das minas. Após este período a produção agropastoril, passa a ser a principal fonte de riquezas da região.

Desde o início deste processo há documentações que comprovam a presença de escravos. Apesar do difícil acesso a estes, a historiografia demonstra uma crescente produção acadêmica em torno da história escravocrata da região do atual Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Sendo que a região sul do Mato Grosso, se compreendeu principalmente pela criação de gado, de famílias oriundas de Minas Gerais, esse processo marca a expansão da região de Minas para o sul do Mato Grosso.

Figura 2. Mapa do século XVII, mostrando a capitania do Mato Grosso e seus limites territoriais.



Fonte: <http://historiografiamatogrossense.blogspot.com/2009/>. Acesso: 29 dez. 2018

Esse processo marca uma expansão prolongada a partir do século XVIII, para novas áreas que atinge as regiões de Amambaí, Maracaju. Essa região chamada de

Campos de Vacaria no sul do Mato Grosso (região hoje do atual Mato Grosso do Sul) (ESSELIN; in MAESTRI et. al, 2010), se torna ainda mais importantes no século XIX, por conta da produção agropecuária. Isso pode ser observado na concessão de sesmarias para criação de gado solto e produção de cana de açúcar.

Se estendendo pela região da bacia do rio Paraná, essas novas regiões do sertão oeste do Brasil, marca a expansão de famílias que antes viviam da mineração não apenas para novas áreas, mas também para uma nova forma de subsistência. Aliada a isso há uma produção de roças que mantém a produção de alimentos na região. Essa região era até então dominada por espanhóis, sendo que esse processo de expansão também marca a apropriação portuguesa da região.

Além da produção local, a região também é marcada pela presença de entrepostos para dar suporte as expedições paulistas na busca das minas de Mato Grosso. Estes locais eram responsáveis pelas negociações de cativos, além de produtos como sal, e animais. A mão-de-obra escrava não foi uma realidade muito acentuada na criação de gado, marcada principalmente pelo trabalho de homens livres e pobres, o trabalho escravo se mantém principalmente em minas.

Geopoliticamente essa expansão compreende-se principalmente pela expansão da fronteira como já mencionado. Mas, economicamente essa expansão marca também a busca por prestígio e riqueza, através de uma grande concentração de terras. Considerando a Lei de Terra de 1950, observa-se o quanto a propriedade em especial grandes fazendas, tem um papel de criador e mantenedor de status social. Já que é a partir desta que se extingue a sesmaria, que mantinha a propriedade sobre a terra sem um controle jurídico para adquirir a posse.

Por outro lado, se institui uma nova lei em que a propriedade sobre a terra passa a acontecer apenas através da compra. Além disso a manutenção dessa propriedade depende de seu uso, assim, terras não utilizadas eram devolvidas à coroa. Esse processo de mercantilização do espaço, coincide com o emprego da mão-de-obra assalariada, em especial a branca. O que mantém o negro que não tem condições de comprar terras em uma condição inferiorizada (SANTANA FILHO, 2016).

Como já mencionado a Lei de Terras, é a ferramenta principal para manter o poder nas mãos de grandes fazendeiros, já que o acesso a homens livres não era igualitário. Com o tempo esse processo econômico se estabeleceu, assim como o poder econômico e político destes grupos de fazendeiros. É importante se notar que isso se dá a partir do declínio econômico da região pautado em mineração.

Tratando-se do trabalho escravo na região observa-se que tradicionalmente o esse parece ser tratado de maneira minimizada, principalmente em torno de uma retórica de democracia racial. Neste contexto, observa-se um papel importante para a coerção ideológica, pois, há uma marcante separação sobre quem era senhor e o escravo. Até porque, o processo escravocrata da região como demonstra a historiografia, não se constituiu de maneira harmônica.

Nota-se que de alguma maneira o negro escravo trabalhador agropastoril, assim como o minerador parece ter um pouco mais de gerência e independência sobre suas tarefas, e relações. Notando-se aqui, que há divergências sobre essa autonomia, parece ser muito mais pontual do que uma característica daquele contexto. Os escravos são em suma oriundos das próprias fazendas de seus senhores, principalmente aqueles vindos da região de Minas Gerais. Quando estas famílias aqui chegaram com suas famílias, já mantinham escravos como mão-de-obra.

Por haver uma quantidade de escravos inferior aos moldes da época, com o passar do tempo observa-se a abertura de precedentes sobre a não existência de trabalho escravo na região. “De 1751 a 1768, havia em todo Mato Grosso 3.994 escravos (SANTOS, 2010). Esse número pode ser ainda maior, pois apesar de em 1702, haver a proibição do trabalho escravo de indígenas, ainda se usava mão-de-obra escrava indígena, além de haver relações conflituosas entre estes.

Santos (2010) aponta que durante muito tempo houve uma certa relação de troca de gado e escravos entre portugueses e espanhóis na região de Mato Grosso. Sendo que a fuga de escravo para território espanhol foi bastante proeminente. Observa-se também que a partir de 1775 há um aumento de comunidades, motivado principalmente pelas relações mais duras com os senhores. Isso porque, a partir desta data a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão encerra o abastecimento da capitania do Mato Grosso com escravos.

Entre 1763 e 1766, o capitão-general Antônio Rolin de Moura, destacou 30 homens para o Presídio da Conceição, como medida para impedir fugas para o lado espanhol (SANTOS, 2010). Nota-se que foram criados diversos fortes no período como mecanismo de controle de fuga de escravos. A construção e manutenção destes fortes, demandava de extenso trabalho escravo, como construtores, além de trabalharem em roças produzindo alimentos para os soldados.

Em 1769, o Capitão-general Luís Pinto de Sousa Coutinho, passa a ser o responsável pela região, e é durante este período que se tem a destruição dos quilombos

Sipotuba, Porrudos e Piolho. Aponta-se que em 1770, Coutinho em Vila Bela capital da província tenha realizado a ordem de invasão do quilombo piolho.

Quanto ao último que existia desde a descoberta das minas mato-grossenses, observa um fato importante, que é a presença de uma mulher como figura principal de liderança. A rainha Theresa da nação Benguela, passa a liderar o quilombo após a morte de seu marido, se mantendo por muitos anos no posto.

Outro ponto importante do quilombo é a existência de um parlamento que mantém um capitão-mor e um conselheiro que ficou conhecido como José Piolho. O quilombo mantinha fortes relações sociais com os arredores, por meio de trocas, além de, manter uma produção bastante organizada,

Silva (2010), ainda aponta que, viviam no local 79 escravos e 30 indígenas, com a invasão houve o aprisionamento de 40 escravos, além da rainha que acabou morrendo, tendo sua cabeça exposta no local onde se encontrava o quilombo. Após a invasão o quilombo se reergueu, mas foi novamente invadido em 1795, desencadeando diversas fugas de quilombos maiores na região.

O fato de não ter havido muitos quilombos na região, se deve principalmente pelo fato da província localizar-se em uma região fronteiriça, sendo a passagem para território espanhol muito mais recorrente (SILVA, 1998). Estrategicamente como já foi dito, a fixação de pessoas era uma importante ferramenta para a coroa portuguesa manter poder sobre a região de fronteira. Assim, há um incentivo a fixação de povoados, além de, ordenar grupos indígenas em aldeias como estratégia de manter uma mão-de-obra, além de uma comunidade fixa na região.

Com a Guerra do Paraguai a partir de 1964, eleva-se ainda o número de moradores dos quilombos, entre estes estão desertores fugindo de um alistamento, além de ex-soldados. Durante o conflito muitos quilombolas tomavam posse de armas, a serem usadas no conflito. Neste contexto o quilombo como maior destaque é o de Sepotuba, que também teve uma longa duração.

O número de quilombos na província do Mato Grosso ainda é bastante discutido, mas os números giram em torno de 10 quilombos entre os séculos XVIII e XIX. Estas comunidades foram bastante estruturadas, e algumas conseguiram se manter por mais tempo, as suas relações com camponeses da região demonstram que em suma tiveram grandes redes de contato com o cenário externo.

Silva (2010), lembra que estes quilombos possuíam um contingente populacional diversificado, residindo indígenas e caboclos por exemplo. Motivado principalmente por

redes de relações com indígenas e locais, como taberneiros. Esse processo tornava possível troca de informações entre estes grupos, formando relações sócio históricas entre os pertencentes daquele mesmo contexto territorial. O protocampesinato é a materialização desse processo de relações entre os locais.

É importante notar que nem sempre estas relações eram harmônicas, muitas vezes eram permeadas de conflitos, principalmente entre indígenas locais. Lembrando que o território era constituído de maneira móvel, já que os escravos estavam em constante fuga.

A partir da segunda metade do século XIX, há um grande incentivo a migração da região, como medida para reduzir a dependência da região com relação ao trabalho escravo. A região entre a Fazenda Camapuã e o rio Coxim foram uma das principais rotas entre o triângulo mineiro, e acesso ao Goiás.

No pós-abolição observa-se uma perpetuação de um trabalho escravo, pautado principalmente na mão de obra indígena. Nos finais do século XIX, a mobilidade de ex-escravos se torna mais intensa na região sul do Mato Grosso motivada pela busca de independência, pautada principalmente na produção agropastoril como aponta Maestri et.al (2010).

Este contexto de mobilidade de ex-cativos do Mato Grosso e daqueles que aqui chegavam, iniciam um novo processo de relacionamento, e a construção de um novo processo territorial quilombola para o atual estado de Mato Grosso do Sul. Atualmente mais de 800 famílias vivem em comunidades quilombolas no Mato Grosso do Sul, são 22 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Apenas 18 entraram com processo juntamente ao Incra, e entre estas apenas 4 (Chácara do Buriti, em Campo Grande; Furnas da Boa Sorte, em Corguinho; Furnas do Dionísio, em Jaraguari e Colônia São Miguel, em Maracaju) receberam titulação de suas terras, mesmo que de maneira parcial.

3.1 Quilombo Dizidério Felipe de Oliveira (Picadinha)

Após o término da Guerra da Tríplice Aliança, diversas famílias retornaram para a região da fronteira do Oeste. Muitas outras encontraram na região uma nova oportunidade. Entre os novos grupos que chegavam, estavam famílias oriundas principalmente da região de Minas.

Vindo de Uberaba, Dizidério que nasce em 1867, era filho de uma escrava e um escravo, trabalhou por muito tempo em criações de gados. O que o leva a residir na região sul do Mato Grosso por conta da criação local destes. Através de sua relação com a família Braga que trabalhava na região, Dizidério conhece Maria Cândida Baptista da Silva, filha de uma ex-escrava e um indígena terena.

Neste contexto as relações de trabalho entre o casal são divididas, pois com seu conhecimento sobre a terra, cabia a Maria Cândida o trabalho na roça, e Dizidério acabava por cuidar do gado. Através das relações com a família Braga que se solidificaram, houve o casamento da filha primogênita de Dizidério e de Marcelino Braga. Através de informações concebidas pelas relações entre os grupos da região, Dizidério descobre a existência de terras inabitadas na região onde hoje se encontra a comunidade.

E é por meio desta nova territorialidade que se forma a identidade da família, que passa a ocorrer através do retorno a suas raízes, fundamentada agora através do trabalho livre. Essa busca por novas terras, marca o abandono de locais marcados pelo trabalho escravos pela maioria das famílias, que buscam uma nova vida nestes novos territórios.

O deslocamento de pessoas para as “novas” regiões do país, como a então região do Mato Grosso, “aparece como estratégia de garantia de liberdade, sempre ameaçadas pelo padrão de relações entre brancos e negros em regiões com um histórico antigo e consolidado de escravidão”, (RIBEIRO, 2015, p.16). Esse deslocamento ocorre em meio a percepção de discriminação em suas regiões de origem, a partir de então a concepção de ancestralidade é a principal ligação com o sentido de ser quilombola.

Aqui território não é apenas autonomia, mas também, liberdade. Pois, é neste território que as relações familiares passam a exercer. Sendo necessário aqui ressaltar o contexto familiar, que como Chagas (2001) aponta, abre brecha para se entender o que é um quilombo hoje, que vai além da concepção encontrada em Palmares por exemplo. Mas que encontra em lações sanguíneos, religiosos, em base organizacional.

Esse antigo ambiente é marcado pela presença da discriminação, de maus tratos, que agora não deveria pertencer mais a uma vida livre. Nesse período, início dos anos de 1900, a produção da região sul do Mato Grosso era baseada principalmente na produção de erva-mate. A criação de gado e as raças eram destinadas principalmente para o consumo local.

Em torno do território o principal problema inicialmente foi a regularização, principalmente porque a CIA Mate Laranjeira¹² detinha sobre seu poder a maioria das terras da região. No ano de 1924, Dizidério recebe um título provisório de suas terras, expedido pelo Diretor de Terras, Minas e Colonização. Após sua participação na Revolução de 1924, houve a medição das terras que estiveram durante a ausência do patriarca sobre a tutela de Maria Cândida, além dos filhos.

Com a posse de Getúlio Vargas, a chamada marcha para o oeste que busca aumentar o contingente populacional da região há uma crescente colonização da região. Em 03 fev. 1935, Dizidério falece em sua casa na Picadinha. Esse contexto histórico citado acima são importantes ferramentas para a construção da identidade que a família passa a ter com seu território.

Ou seja, não é mais apenas um espaço geográfico mais também parte das raízes compartilhadas pelos seus descendentes. É no território que os membros da comunidade se relacionam com suas histórias e se conectam com seus descendentes. E é através deste contexto sócio espacial que a identidades da família, se reconstrói.

No ano de 1938, a comunidade recebeu o título da terra, mas era apenas 600 hectares de um total de 3.748. A outra parte, como aponta Santos (2010) ficou para Waldomiro de Souza, que mediu a propriedade e ficou responsável pela titulação. A área que Waldomiro “recebeu” seria de uma dívida de Dizidério para com ele.

Após esse período e com as dificuldades para se manter em um espaço tão pequeno, a comunidade passou a migrar principalmente para a periferia de Dourados. Esta foi a única maneira encontrada para manter muitas das famílias, já que não havia muitas maneiras de produzir. Isto iniciou uma pressão para a imigração de grande parte dos descendentes de Dizidério.

Aliado a esse processo há os constantes avanços na região de do agronegócio, sistema produtivo baseado em grandes propriedades, e que acabam por sucumbir pequenas localidades. Além disso, a influência de proprietários locais, acaba por dificultar o entendimento sobre a área que corresponde a comunidade quilombola.

O processo de esquecimento das raízes escravas presentes em todo território nacional, parece ser ainda mais profundo na região de Mato Grosso do Sul que não reconhece seu histórico escravista, e ressalta a migração de pessoas do sul, para a região.

¹² Criada em 1883 por Tomás Laranjeira, a companhia explorou a produção de erva-mate no território do Mato Grosso.

Isso pode ser percebido em discursos produzidos para desqualificar a atual luta quilombola no estado.

Um exemplo disso é um artigo vinculado ao site de notícias Dourados Agora, intitulado “Quem são os habitantes das terras da Picadinha”. No decorrer de todo o artigo, fica explícita a tentativa de invisibilizar a identidade da comunidade quilombola Picadinha, a favor dos setores econômicos da região de Dourados.

3.2 Um Olhar Sobre As Mulheres Da Picadinha

Durante o processo de desterritorialização do território, muitas pessoas da família passaram a trabalhar fora da comunidade, sendo que alguns até mesmo se mudaram dali. Esse processo de saída da região também alterou um sistema produtivo comunal, que se mantinha desde a chegada de Dizidério, e assim, a família passou a trabalhar também na cidade de Dourados.

Entre aqueles que permaneceram na comunidade, a produção de hortaliças por exemplo passou a ser um importante mecanismo de renda. As mulheres da comunidade são importantes atrizes para manter essa produção, atualmente algumas realizam trabalhos na feira ecológica no Parque dos Ipês. Além disso através de trabalhos realizados entre a Universidade Federal da Grande Dourados, elas têm passado a produzir alimentos e produtos para comercializar no interior da universidade.

Nesse cenário de reinserção da produção da comunidade, levado a cabo principalmente através do trabalho das mulheres, demonstra que ainda persiste uma história viva, e que assim como Dona Cândida, as suas descendentes se utilizam da terra para gerar sustento familiar. Esse ambiente produtivo, gira em torno da mulher e pela busca de autonomia.

Isso, retorna a ideia de autonomia que visa criar alternativas para os cenários desiguais enfrentados pelas mulheres, além de uma alternativa ao sistema econômico capitalista, pautada em suas próprias características. Sendo o mais importante o abandono do status de inferior, pois como afirma Cabnal (2010), é a partir de lógicas próprias e conjuntas que essas comunidades se libertam do “poder exercido sobre” seus territórios, e suas identidades.

Além disso ao analisar a tarefa de cultivo de alimentos percebe-se um importante fator comunal, principalmente por ser um processo que envolve a família. Esse contexto e uma oposição a métodos produtivos da região, que são pautados em monopólios

agrários, voltados para a acumulação de capital, que é altamente prejudicial ao meio ambiente.

Isso se deve principalmente, ao fato de a lógica produtiva aqui não estar orientada a interesses mercadológicos. Por isso o território não é visto como ferramenta econômica, mas sim instrumento de sobrevivência alimentar, econômica e como já dito identitária.

Em torno do núcleo familiar, as diversas circunstâncias familiares em que a comunidade se rodeia, como falta de oportunidades de se viver apenas com a produção da terra local, levou a saída de diversos membros da comunidade. Neste contexto a figura das mulheres pode ser analisada de duas maneiras: primeiramente que elas são as principais interlocutoras com os membros que não moram na comunidade. E em segundo lugar, são as principais interlocutoras com aqueles que já não estão mais na comunidade.

Levando-se em consideração que a maneira como a comunidade se organiza, já que se fala aqui de um grupo pautado nas relações de parentesco descendente do senhor Dizidério. E que as organizações em torno da conquista de seu território também perpassam o seio familiar, as mulheres acabam por ter o papel de unir aqueles que estão dentro e fora da comunidade, ressaltando-se aqui, reconstruir o território é um primeiro passo para o regresso de membros que não vivem mais na comunidade.

Acentuando-se que as mulheres são as principais responsáveis em manter a história da comunidade viva, visto que o grupo possui um histórico comum, cabe a elas manter os simbolismos. Simbolismos estes que funcionam como mecanismo de união do grupo. Partindo de Marcel Mauss, como aponta Martins (2005), o simbolismo cria valor e pertencimento ao sujeitos quanto sua história e assim seu cotidiano.

Neste contexto não é possível se pensar os indivíduos e coletividades sem se considerar o tempo, a cultura e o espaço que se relacionam. Assim, pensar na oralidade como força central para manter a união do grupo é extremamente importante.

Quanto ao espaço de trabalho elas acabam voltando para o contexto urbano de Dourados, principalmente em tarefas domésticas, já que não há um alto índice de escolaridade do grupo. Por tais razões os homens também acabam por realizar trabalhos braçais. Acompanhar os filhos na escola também é um papel feminino.

Um fato que ressalta a importância da mulher na comunidade são as relações com a igreja, em que as mulheres possuem maior relação religiosa. No caso fala-se da Igreja Adventista Do Sétimo Dia, a igreja funcionou como um grande impulsionador do letramento da comunidade.

Esse processo de letramento funciona como um impulsionador da integração da comunidade no cenário negro e quilombola. Com isso a comunidade passa a estar no meio de discussões e decisões sobre suas vidas. Esse espaço religioso ele funciona como um importante ponto de união da comunidade, como demonstra Saruwatari (2014).

De maneira geral as mulheres acabam sendo as principais figuras em termos de organização, já que estão presentes em um maior número em todas as atividades da comunidade, e por ter decisões pautadas na coletividade acaba por haver um grande peso na voz desses sujeitos. Como é o caso de manter relações como pessoas de fora, em visitas por exemplo, acabam que as mulheres exercem um contato muito maior com o externo. Mesmo que, a liderança esteja representada em uma figura masculina, já que a imagem do chefe de família é bastante forte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, tratando-se das relações das mulheres quilombolas com seus territórios e nestes territórios, observa-se o quanto diálogos de vivências importam neste cenário, e influência as dinâmicas do Grupo, como Brigel e Falero (2008) retratam, são essas dinâmicas de sujeitos em seus contextos sócio espaciais que criam uma percepção do território, assim como da organização em torno da manutenção deste.

Aqui as mulheres são as principais figuras que projetam e mantêm a representação do quilombo em suas comunidades. Esse processo não é reflexo apenas da função materna, em que a criação das novas gerações tem um importante papel na preservação de uma identidade. Apesar desta função materna ser muito importante, há também a partir de atos de reconhecimento o entendimento destas mulheres como sujeitos políticos, o que nos últimos anos têm elevado a agência destas mulheres, que cria novos diálogos em torno do território.

Percebe-se que de maneira geral que grupos negros têm recuperado suas histórias, que foram apagadas. Face de uma sociedade que nega a exclusão de negros, assim como sua história e suas vivências. Assim partindo disso observa-se que antes de falar em território para comunidades quilombolas, há de se abrir o diálogo quanto suas histórias, que foram perdidas no imaginário da sociedade brasileira, e que funciona como uma negação de história dos quilombos atuais, gerando conflitos.

Negando suas histórias, nega a estes o acesso a seus territórios que estão ligados a seus locais de vivências. Assim a partir de um debate social em torno da própria história do Brasil, e da construção territorial deste que se consegue criar diálogos em torno de grupos e comunidades ligadas à terra.

Assim o que se busca aqui, de maneira geral é abrir uma discussão sobre o outro e entender sua história, sendo necessário criar um diálogo com os quilombos com uma ferramenta para se entender a própria história territorial, ao mesmo tempo que se dá voz para negros (as), indígenas e quilombolas. Aqui a reflexão sobre território é pensada como uma autorreflexão sobre a sociedade brasileira.

Além de como essa sociedade se relaciona com seu território, que hoje é a principal ferramenta econômica do país. Que o torna um importante ator no cenário

internacional, assim como se relaciona com atores externos através da mercantilização da terra como ferramenta econômica.

O que se percebe aqui, é que se por um lado as dinâmicas econômicas nacionais servem a um sistema internacional com objetivo acumulativo, é no local que diferentes orientações sobre este território entram em disputas. E em locais em que a história deixou lacunas entre grupos sociais marcados pela colonização, as diferenças se tornam ainda mais reveladoras criando conflitos entre grupos que se perpetuam até hoje.

Aqui o reconhecimento é o primeiro passo para alcançar os direitos plenos das comunidades quilombolas. Primeiramente reconhecendo suas identidades e histórias, para que assim, se reconheça seus territórios que mantem e reproduzem tais identidades. Além de ser o local de subsistência da própria comunidade em meio a suas relações de parentesco e comunitária, ou suas relações econômicas que dependem do território em grande medida.

Assim, observa-se que estes quilombos lutam contra dinâmicas de dominação vindas de um contexto econômico externo que se apossa da sociedade brasileira ainda colonizadora e excludente, que está em constante intercambio com uma elite estrangeira capitalista. E estes grupos veem no território sua fonte de independência economia, mas também de se inserir politicamente na sociedade, assim como assumir sua história e de seus antepassados, que apesar de muitas vezes propositalmente esquecidos fazem para da herança histórica do Brasil quanto território, país. Sendo um país marcado por uma estória plural e que se utilizou desta pluralidade em um contexto desigual para se estruturar quanto nação.

Assim, ao falar sobre mulheres na sociedade e nos quilombos é lembrar e de figuras que estão à margem dos diálogos e das decisões, mas que tem conseguido nos últimos anos importantes avanços em seus espaços, e ainda mais importante, estão sendo ouvidas e lembradas por suas conquistas e ações que vão além de indicadores que ainda são negativos, apesar de pequenos avanços terem sido registrados.

As mulheres negras hoje são as principais figuras de sua por uma sociedade mais justa, igualitária e principalmente mais segura, são elas em grande medida que se relacionam com a sociedade, e mesmo que não seja a maioria em termos de decisões nos quilombos, percebe-se que no interior de diversas comunidades são elas que representam a maioria. Além de estarem se organizando cada vez mais politicamente.

REFERÊNCIAS

- ADÃO, Claudia Rosalina. **Territórios de morte: homicídio, raça e vulnerabilidade social na cidade de São Paulo**. 2017. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-29012018-131847/publico/Original_Claudia_Adao.pdf. Acesso em: 14 out. 2018.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Cartografia Da Diáspora África – Brasil**. Revista da ANPEGE, v. 7, n. 1, número especial, p. 261-274, out. 2011. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/download/6570/3570>. Acesso em 15 out. 2018.
- ARRUTI, José Maurício. **Quilombos**. In: Osmundo Araújo et al (Org). Raça: novas perspectivas antropológicas. 2 ed. rev. Salvador, 2008. Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, pp 315-350.
- AUGUSTO, Cristina Villalba; LUCENA, Nacho Álvarez (Org.). **Cuerpos Políticos Y Agencia: Reflexiones Feministas Sobre Cuerpo, Trabajo Y Colonialidad**. Universidad de Granada, Granada, 2011. Disponível em: <http://www.soziolinguistika.eus/files/Granada-2011-Cuerpos%20Pol%C3%ADticos%20y%20Agencia.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2018.
- BINKOWSKI, Patrícia (org). **Análise de conflitos e relações de poder em espaços rurais**. Porto Alegre, 2018: Editora da UFRGS. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad600.pdf>. Acesso em: 01 out. 2018.
- Brasil. Lei Nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. **Art. 226: planejamento familiar** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9263.htm>. Acesso em: 11 ago. 2018.
- BRASIL. **Brasil avança em políticas de inclusão para minorias**. Brasil, 2017. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/06/brasil-avanca-em-politicas-de-inclusao-para-minorias>. Acesso: 15 jul. 2018.
- BRAZIL, Maria do Carmo; CANCIAN, Elaine. **Formação Do Ambiente Rural Sul-Mato-Grossense (1829-1892)**. In: CLIO: Revista de Pesquisa Histórica. Recife, Universidade Federal de Pernambuco. Jun.- Dez 2016. Nº 34.2. p. 130-155. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/25029>. Acesso em: 19 set. 2018.
- BRIGEL, Breno e FALERO, Alfredo (2008). Redes Transnacionais de Movimentos Sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção Socioterritorial. CADERNO CRH, Salvador, v.21, n. 53, p. 269-288, Maio/Ago.
- CAMARGO, Isabel Camilo de. **As relações escravistas na Província de Mato Grosso e na região de Sant’Ana de Paranaíba no século XIX**. In: Patrimônio e Memória. São

Paulo, Unesp, janeiro-junho, 2012v. 8, n.1, p. 119-137. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/68>. Acesso em: 20 set. 2018.

CABNAL, Lorena. **Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala.** In: **Feminismos diversos: el feminismo comunitario**, ACSUR-Las Segovias, 2010. Disponível em: <https://porunavidavivible.files.wordpress.com/2012/09/feminismos-comunitario-lorena-cabnal.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2018.

CHAGAS, Miriam de Fátima. **A política do canto dos remanescentes das comunidades dos quilombos.** Horizonte antropol. Porto Alegre, v. 7, n. 15, p. 209-235, julho de 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832001000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em 05 fev. 2018.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 965-986, set. 2014. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36757>. Acesso em: 27 mai. 2018.

CASANOVA, Pablo González. (2006), Colonialismo interno; Uma Redefinição, in A. Borón, J. Amadeo e S. González (orgs.), La Teoría Marxista Hoy: Problemas y Perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, p. 409-434.

Conaq; Terra de Direito (org). **Racismo e violência contra os quilombos no Brasil.** Curitiba: Terra de Direitos, 2018. 196 pp. Disponível em: [https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/\(final\)-Racismo-e-Violencia-Quilombola_CONAQ_Terra-de-Direitos_FN_WEB.pdf](https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/(final)-Racismo-e-Violencia-Quilombola_CONAQ_Terra-de-Direitos_FN_WEB.pdf). Acesso em: 19 set. 2018.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no Campo Brasil 2017.** Brasil 2017. p.280. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14110-conflitos-no-campo-brasil-2017-web?Itemid=0>. Acesso em 19 set. 2018.

COSTA, Cícero Alves da. **Quem são os habitantes das terras da Picadinha. Dourados Agora.** Disponível em: <https://www.douradosagora.com.br/noticias/entretenimento/quem-sao-os-habitantes-das-terras-da-picadinha>. Acesso em: 17 jun.2018.

CRENSHAW, K. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** Estudos feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p.171-189, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

DANIEL, Vanessa Cristhina Zorek; BEGA, Maria Tarcisa Silva. **Estado E Campesinato Brasileiro: Um Panorama Sobre As Relações Dos Governos Federais E As Políticas Públicas Para O Campo.** Guaju. Revista Brasileira de

Da SILVA, Roseane Amorim; **Mulheres quilombolas em contextos de violência de**

gênero e uso abusivo de álcool. 17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero. UFPE - Recife, nov. 2012. Disponível em:
<http://www.ufpb.br/evento/index.php/17redor/17redor/paper/view/221/98>. Acesso em: 30 jun. 2018.

DIAP. **Bancada ruralista diminui na Câmara e aumenta no Senado.** 13 nov. 2018. Disponível em:
<http://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/28538-bancada-ruralista-diminui-na-camara-e-aumenta-no-senado>. Acesso em: 17 nov. 2018.

FIGUEIREDO, Ângela. Gênero: Dialogando com os estudos de gênero e raça no Brasil. In: LIVIO Sansone, OSMUNDO Araújo Pinho (org.). **Raça: novas perspectivas antropológicas**- 2 ed. rev. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008. p. 237- 283. Disponível em:
https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8749/1/_RAC%CC%A7A_2ed_RI.pdf_.pdf. Acesso em: 27 mai. 2018.

GARGALLO, Francesca. Los feminismos comunitários. In: GARGALLO, Francesca. **Feminismos desde Abya Yala. Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América.** 1 ed. Ciudad de México: Editorial Corte y Confección, jan 2014. p. 151- 196. Disponível em: <https://francescagargallo.files.wordpress.com/2014/01/francescagargallo-feminismos-desde-abya-yala-ene20141.pdf>. Acesso em: 11 set.2018.

GLASS, Verena. **Agricultura familiar responde por mais da metade do volume de alimentos colocados na mesa do brasileiro.** Desafios do desenvolvimento. Ipea. Brasil, 2011. Ano 8. Edição 66. Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2512:catid=28&Itemid=23. Acesso: 16 out. 2018.

GOMES, Maria Aparecida; MANSANO, Cleres do Nascimento. **O Espaço Geográfico E Cartográfico Das Comunidades Quilombolas Brasileiras.** In. O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense. Secretaria de Educação, Paraná, 2010. Disponível em:
http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2010/2010_uem_geo_artigo_maria_aparecida_gomes.pdf. Acesso em: 15 out. 2018.

GONZÁLEZ, Georgina Aimé Tapia. Aportaciones de las mujeres indígenas al diálogo entre filosofía y ecología. in: H. PULEO, Alicia. **Ecología Y Género En Diálogo Interdisciplinar.** Plaza y Valdés Editores, 2015. p. 236- 290. Disponível em:
http://www.plazayvaldes.es/upload/ficheros/ecologia_y_genero_en_dialogo_interdisciplinar_ebook.pdf. Acesso em: 10 set. 2018.

GONZALES, Lélia. **Racismo E Sexismo Na Cultura Brasileira.** In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em:
http://www.academia.edu/27681600/Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira_-_L%C3%A9lia_Gonzales.pdf. Acesso em: 20 mai. 2018.

GURURANI, Shubhra. **El saber de las mujeres del Tercer Mundo en el discurso sobre el desarrollo**. Revista internacional de ciências sociais. set de 2002. p. 36- 48. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001284/128436s.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo, Brasil. 2 ed. Edições Loyola, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. **Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil**. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 25 Nº 74 outubro/2010. P. 159- 196. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n74/a10v2574.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2018.

LIMA, Mestre Alcides de; COSTA, Ana Carolina Francischette da. **Dos griots aos Griôs: a importância da oralidade para as tradições de matrizes africanas e indígenas no Brasil**. Dossiês Pedagogia Griô. Revista Diversitas. São Paulo, ano 2, n. 3. set. 2014/mar. 2015.

MAESTRI, Mário; SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos; ESSELIN, Paulo (Org.). **Peões, vaqueiros & cativos campeiros estudos sobre a economia pastoril no Brasil**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010. Disponível em: https://dadospdf.com/download/maestri-m-amp-santos-jq-amp-esselin-p-org-peoes-vaqueiros-amp-cativos-campeiros-estudos-sobre-a-economia-pastoril-no-brasil-vol-3-_5a44bfe7b7d7bc891f7f32e4_pdf. Acesso em: 21 set. 2018.

MARTINS, Paulo Henrique. **A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação**. Revista Crítica de Ciências Sociais v.73 | 2005. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/954>. Acesso em 22 out. 2018.

MOURA, Clóvis. **A História do Negro Brasileiro**. Série Princípios. Ática, São Paulo, 2 ed; P.85, 1992.

MOURA, Zilda Alves de. **Cativos nas terras dos pantanais: escravidão e resistência no sul do Mato Grosso: séculos 18 e 19**. 2007 Dissertação (Pós-graduação em História). Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/bitstream/tede/63/1/2007ZildaAlvesdeMoura.pdf>. Acesso em: 19 set. 2018.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso em 17 jun. 2018.

NUNES, G. H. L. **Mulheres Negras e Quilombolas: trabalho, resistência e identidade negra na diáspora afro-brasileira**. In: Natália Alves; Sônia M, Rummert; Marcelo Marques. (Org.). Educação e Formação de Jovens e Adultos em Portugal e no Brasil: Práticas e Saberes. 01ed.Lisboa: Universidade de Lisboa, 2014, v. 01, p. 157-171.

NAVARRO, Z. **Por que não houve (e nunca haverá) reforma agrária no Brasil?** In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; Navarro, Z. O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014.p.695- 724. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad600.pdf>. Acesso em: 15 set 2018.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. **Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico.** Rev. Bras. Psiquiatr. São Paulo , v. 22, n. 4, p. 178-179, Dez. 2000 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151644462000000400007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 jun. 2018.

PEREIRA, Cleyciane Cássia Moreira, et al. **Empoderamento das mulheres quilombolas: contribuições das práticas mediacionais desenvolvidas na Ciência da Informação.** Em Questão, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 114-139, mai/ago. 2016. Doi: <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245222.114-139>. Acesso em: 10 set. 2018.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e “verdade”.** Revista Nera – ano 17, nº. 25 – Julho/dezembro de 2014. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/download/2769/2731>. Acesso em: 19 jun. 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** Série Temas. Ática, Vol. 29 P.269, 1993.

Ribeiro, Dandara dos Santos Damas. Comunidade quilombola Manoel Ciriaco dos Santos: identidade e famílias negras em movimento. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Defesa: Curitiba, nov. 2015. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/42427/R%20-%20D%20-%20DANDARA%20DOS%20SANTOS%20DAMAS%20RIBEIRO.pdf?sequence=1&isAllowed=y..> Acesso: 14 mar. 2018.

SAMPAIO, Adriana Cardoso; PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Mulheres Griôs Quilombolas: Um Estudo Inicial Sobre Identidade De Gênero E Identidade Étnica.** Pontos de Interrogação, v. 5, n. 2, jul. /dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.30620/p.i.v5i2.2165>. Acesso em: 27 mai. 2018.

SANTANA FILHO, Diosmar Marcelino de. **A Geopolítica Do Estado Nacional E A Territorialidade Quilombola Na Bahia No Séc. XXI..** Dissertações (Mestrado)- Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. P.236. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/18981>. Acesso em: 16 set. 2018.

SANTOS, Carlos Alexandre Barboza Plínio dos. **Fiéis Descendentes: Redes-Irmandades Na Pós-Abolição Entre As Comunidades Negras Rurais Sul-Mato-Grossenses.** 2010. Tese (Pós-graduação em Antropologia Social). INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, Universidade de Brasília. Disponível em: <http://pct.capes.gov.br/teses/2010/53001010010P9/TES.PDF>. Acesso em: 22 ago. 2018.

SANTOS, Lourival dos. **Por uma história do negro no sul do Mato Grosso: história oral de quilombolas de Mato Grosso do Sul e a (re)invenção da tradição africana no cerrado brasileiro**. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO (Recife), ISSN: 2525-5649, n. 35, p. 239-259, Jul-Dez, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/viewFile/230145/27933>. Acesso em: 16 out. 2018.

SARUWATARI, Gabrielly Kashiwaguti. **Comunidade Quilombola Dezidério Felipe De Oliveira: Tradição, Política E Religião Entre Os “Negros Da Picadinha”**. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia)- Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Faculdade de Ciências Humanas. Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, Mato Grosso do Sul. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=812647#. Acesso em: 28 out. 2018.

SILVA, Francimar Perez Matheus da et al. **Avanços Da Agroecologia: Experiências De Grupos De Mulheres E De Uma Cooperativa Para Produção Orgânica No Mato Grosso Do Sul**. Revista Brasileira de Agroecologia, [S.l.], v. 13, n. 1, July 2018. ISSN 1980-9735. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/22459>. Acesso em: 01 set. 2018.

SILVA, Martiniano José da. **Quilombos Do Brasil Central: Séculos XVIII e XIX (1719 - 1888)**. 1998. Introdução Ao Estudo Da Escravidão. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências e Letras da Universidade Federal de Goiás. GOIÂNIA, Goiás. Disponível em: https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/SILVA__Martiniano_Jos__da-1998.pdf. Acesso: 21 jul. 2018

SOUZA, Simone Maria de; de LUCENA, Maria de Fátima Gomes. **O Conceito De Raça Na Sociologia Contemporânea**. Xii Congresso Brasileiro De Sociologia. Belo Horizonte-MG, mai. /Jun. 2005. ISSN: 2236-6636. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1177&Itemid=170. Acesso em 07 ago. 2018.

STOLCKE, Verena. “Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade?” Estudos Afro-Asiáticos, (20): 101-119, junho de 1991.

TAMANO, Luana Tiek Omena. **O Pensamento e Atuação de Arthur Ramos Frente ao Racismo nos Décênios de 1930 e 1940**. Dossiê História, Estado, Relações de Poder e Movimentos Sociais. V. 4, n. 8. Dez-2013. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/2930>. Acesso em: 17 jun. 2018.

TAPIA, Pedro Canales; CAMPOS, Carmen Rea (Org.). “**Claro de luz**” Descolonización e intelectualidades Indígenas en Abya Yala, siglos XX y XXI Pedro. Instituto de Estudios Avanzados. Chile, Dez 2012. Disponível em: <https://dlc.dlib.indiana.edu/dlc/bitstream/handle/10535/9704/Claro%20de%20luz.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 12 set. 2018.

TERRA, Eva Maria Martins. **Territorialidade Da Comunidade Rural Quilombola Chácara Do Buriti E Potencialidades Do Desenvolvimento Local**. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - Programa De Pós-Graduação Em Desenvolvimento Local. Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Disponível em: <http://www.multitemas.ucdb.br/article/download/288/337>. Acesso em: 20 ago. 2018.

TIITINEN, Sarri Vuorisalo. **¿Feminismo indígena?** Un análisis crítico del discurso sobre los textos de la mujer en el movimiento zapatista 1994–2009. Dissertation (Doctoral in Latin American Studies). Department of World Cultures. University of Helsinki). Helsinki, 2011. Disponível em: <https://helda.helsinki.fi/bitstream/handle/10138/24504/feminism.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 ago. 2018.

VIEIRA, Oscar Vilhena. **Justiça, ainda que tardia**. Folha de S. Paulo. 9 jun. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/oscarvilhenavieira/2018/06/justica-ainda-que-tardia.shtml?loggedpaywall>. Acesso: 11 ago. 2018.

WACQUANT, Loïc. **Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes**. *Novos estud.* - CEBRAP, São Paulo, n. 96, p. 87-103, julho 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 jun. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002013000200007>.